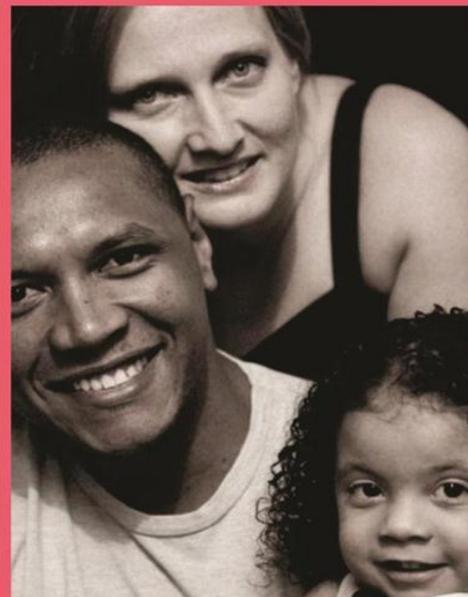
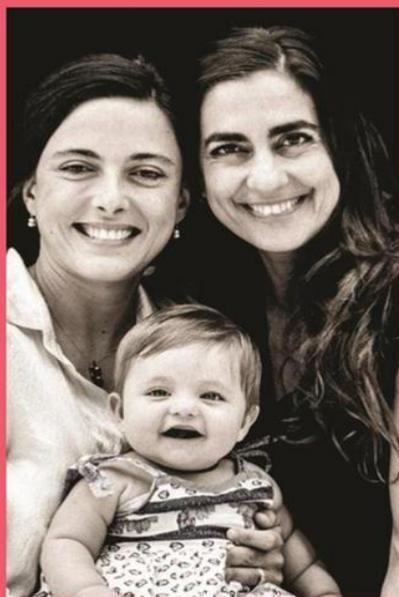
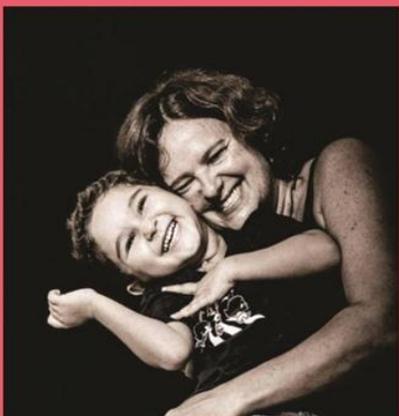


REVISTA REDAÇÃO

05/04/2015 - Ed. 12



AS NOVAS FAMÍLIAS



Conheça as histórias, repletas de alegrias e conflitos, que representam algumas das configurações familiares cada vez mais comuns no Brasil.

ROBERTA SALOMONE



Lucas Rocha

// Maioridade penal: mitos e fatos.

Diante de tantos fatos e evidências a esclarecer o engodo em que consiste a apresentação da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação de adolescentes infratores como fórmulas eficazes para diminuir a criminalidade e a violência, cabe aos cidadãos e eleitores exigir que se eleve o nível do debate

// Quem são os brasileiros em guerra.

Atraídos por questões ideológicas ou pela excitação de estar em uma zona de conflito, PMs, motoboys, estudantes e ativistas políticos se transformam em combatentes na distante Ucrânia.

As novas famílias (ROBERTA SALOMONE)



Conheça as histórias, repletas de alegrias e conflitos, que representam algumas das configurações familiares cada vez mais comuns no Brasil. Acima, a família Mota Machado.

MARCOS amava Fabio que sonhava em ter um filho. Sem planejar, o casal acabou adotando dois. Carol queria ser mãe, e Kika também. Lilian não tinha namorado ou marido, mas resolveu engravidar. A mãe foi a companhia em todas as consultas médicas. Com Adriano, não conhecer pessoalmente os sogros e ter tido uma educação bem diferente da mulher, a canadense Eve, não foram motivos para impedir o casamento deles. Fabiana tinha dois filhos; Gian, outros dois. Foram morar juntos com os quatro, a mãe dela, e ainda tiveram mais dois meninos. Estas histórias, que você conhece aqui embaixo, talvez até sejam difíceis de serem entendidas logo de primeira, mas representam algumas das configurações familiares cada vez mais comuns no Brasil, que já ultrapassam, segundo o último Censo do IBGE, o tradicional núcleo mãe, pai e filho.

— São arranjos que, de uma forma ou de outra, já existiam, mas não eram expostos ou as pessoas preferiam não comentar — analisa a psicanalista Mônica Donetto Guedes, autora do livro “Em nome do pai, da mãe e do filho”, que destaca a importância do debate dentro e fora do contexto familiar. — Acho que só assim é possível amenizar os problemas, que serão inevitáveis em formações tão diversas e complexas.

Se antes eram assunto tabu, as novas famílias servem de inspiração para novelas como “Babilônia”. Em contrapartida aos fatos reais e da ficção, um polêmico projeto de lei, denominado Estatuto da Família e “ressuscitado” na Câmara dos Deputados, determina que somente a união entre um homem e uma mulher pode constituir uma família, proibindo a adoção por casais homoafetivos. O resultado de uma enquête do portal da Câmara, no ar desde o mês passado, mostra que 53% dos que responderam concordam com a definição de família proposta pelo projeto.

— Os desafios tendem a ser minimizados ao longo do tempo, mas o preconceito existe e é preciso um cuidado especial com as crianças que têm famílias fora do convencional — diz Junia Vilhena, professora de Psicologia Clínica da PUC-Rio.

Enquanto isso, internautas se mobilizam contra o estatuto usando *hashtags* como #emdefesadetodasasfamílias e #nossafamiliaexiste.

— O casamento não deve ser encarado como uma questão de gênero. O elo do afeto é que caracteriza uma família — opina Carlos Tufvesson, coordenador especial da Diversidade Sexual da Prefeitura do Rio, casado há 20 anos com o arquiteto André Piva.

— Não dá para fechar os olhos para a realidade. Estas famílias existem, estão solidificadas e merecem respeito — afirma a advogada Patrícia Gorisch, presidente da Comissão Nacional de Direito Homoafetivo do Instituto Brasileiro de Direito de Família.

- Família Motta Machado
- Família Chagas Bélanger
- Família Gouvêa
- Família Torres Prodan
- Família Gladstone Canuto

Família Motta Machado

A chegada de Tereza foi exatamente como o planejado: em casa, no bairro de Laranjeiras, numa tarde de agosto. Sob a supervisão da enfermeira obstétrica Heloísa Lessa e ao som de Frédéric Chopin, Carol sentiu as primeiras contrações durante a manhã. Ao longo de três horas, andou de um lado para o outro, se acalmou sentada na cadeira de balanço e achou conforto em cima de uma bola de pilates. Ao lado dela durante todo o trabalho de parto, sem anestesia, estava Kika, também mãe de Tereza. — Era tanta expectativa e emoção que não dá nem pra descrever o que sentimos — conta a atriz e artista visual Kika Motta, de 33 anos, mãe de primeira viagem, como a mulher, a atriz e bailarina Carol Machado.

Carol é facilmente reconhecida. Fez sucesso em novelas como “Top Model” e “Vamp”, exibidas pela TV Globo entre o fim dos anos 80 e início dos 90, quando ainda era uma adolescente. Na novela que tinha Malu Mader como protagonista, ela era Jane Fonda, uma das filhas do surfista Gaspar, divertido personagem do ator Nuno Leal Maia. Carol e Kika se conheceram tempos depois, quando eram vizinhas, mas só começaram a namorar após um reencontro, entre uma e outra postura nova aprendida numa aula de ioga. Há oito anos, dividem o mesmo teto.

— Sempre pensamos em ser mães e ficar grávidas. Por uma questão de idade, a escolhida para engravidar primeiro fui eu — explica Carol, de 39 anos, que se submeteu a três inseminações com esperma de doador anônimo. O tratamento teve início três anos atrás numa clínica em São Paulo. Na primeira tentativa, Carol engravidou, mas perdeu o bebê aos quatro meses de gestação. A segunda não deu certo e, na terceira, veio Tereza, uma linda e sorridente menina de olhos azuis, que nasceu com três quilos e 49 centímetros.

— Como não conhecíamos outro casal que tivesse passado pelo mesmo processo, o caminho foi bem mais difícil — lembra Kika. As duas revelam que têm forte ligação com seus respectivos pais e que pensavam muito em como seria criar uma criança sem a figura paterna. Estudaram muito, consultaram especialistas e fizeram novas amigas e amigos com histórias semelhantes.

Antes do nascimento da filha, prepararam um verdadeiro dossiê, organizado com a ajuda do pai de Kika, que é advogado. Na mesma pasta, reuniram a união estável das duas e relatórios dos profissionais que acompanharam o tratamento e o parto, além de menções aos casos de famílias formadas por casais gays que, em outros estados do Brasil, conseguiram, sem qualquer dificuldade, a certidão de nascimento dos filhos no nome deles.

— Fomos o primeiro casal homoafetivo do Rio a conseguir o registro de nascimento direto no cartório, sem precisar recorrer à Justiça. Foi uma conquista e tanto — comemora Carol, que deu à Tereza os sobrenomes menos conhecidos das mães: Rezende Eichler. Aos 7 meses, Tereza Rezende Eichler começa a engatinhar e descobrir novos cantos da casa onde a família mora com os gatos Café, Cuca e Gaia. Tereza dorme num *futon* no chão do quarto, que foi decorado pelas mães com diferentes peças de artesanato, como os planetas comprados em Londres que estão pendurados no teto e personagens do Circo Nacional da China, presente de um amigo, que enfeitam a parede. Em cima de uma cômoda ficam várias fotos das três. Enquanto Carol amamenta e curte a licença-maternidade bem pertinho da filha, Kika, que adora cozinhar, faz o último ano do curso de Escultura na UFRJ. As duas têm uma companhia de teatro e dança, a Finis Cinis, e planejam trabalhos juntas.

Com Tereza, elas vibram com cada novidade, como a chegada do primeiro dentinho e a estreia na aula de natação, na semana passada. Mas também não escondem que ainda ficam desconfortáveis ao falar da vida pessoal.

— A gente não tem obrigação de ficar o tempo todo dando satisfação pra todo mundo. Dependendo da abordagem, pode incomodar, sim — conta Carol, lembrando do dia em que pensaram que Kika era babá de Tereza ou quando ela mesma foi questionada sobre “quem era o que da menina”.

— As pessoas precisam entender que a família tem um significado muito mais amplo e que envolve um sentimento lindo: o amor — resume Kika, que já se prepara para engravidar no ano que vem. — Agora vai ser a minha vez.

Família Chagas Bélanger



A canadense Eve, Adriano e a filha Yanis - Fábio Seixo

A quadra da Mangueira já estava lotada para sua tradicional feijoada. O taxista Adriano Chagas saiu cedo de casa, em Jacarepaguá, e lá encontrou um grupo de amigos que, como ele, é fã de samba. Logo que chegou, avistou uma loura com longas madeixas e cara de gringa. Matriculado há dois meses num cursinho de inglês, resolveu colocar à prova o que tinha aprendido.

— Mandei um “what’s your name?” pra ver no que dava. Estava muito barulho e foi aí que comecei a falar mais alto. Ela olhou pra mim rindo e perguntou: “Você não prefere falar em português?” Fiquei com a cara no chão — lembra Adriano, de 37 anos. Em bom e claro português, o papo foi longe, e logo ele ficaria com Eve Bélanger. Um mês depois, os dois começaram a namorar e, em pouquíssimo tempo, já alugavam juntos um apartamento no Bairro de Fátima. Se Eve entendia tudo o que Adriano dizia, o mesmo não podia se afirmar de Adriano, que achava que a namorada falava muito enrolado.

Nascida e criada no Canadá, Eve tinha pisado pela primeira vez no Brasil anos antes. Trabalhava numa ONG em Montreal, onde morava, e foi convidada para participar de um estágio de dois meses na cidade de Nova Friburgo, em 2000.

— Depois disso, voltei algumas vezes. Não demorou muito pra que eu descobrisse que o meu lugar era aqui — conta Eve, de 41 anos, que em 2005 desembarcou no Rio com todo o dinheiro que tinha guardado até então e uma mala com algumas roupas e um colchonete. — Eu pensava que se tudo desse errado, pelo menos eu teria onde dormir.

Com a ajuda dos amigos, ela deu aulas de inglês e francês e foi trabalhar no AfroReggae como coordenadora de relações internacionais do grupo. Em tempo recorde, virou a mais carioca das cariocas. Frequentava bailes funk nas comunidades e aprendeu a sambar, dançar gafieira e tocar percussão.

Em 2010, o casamento com Adriano aconteceu num cartório em Copacabana, com a presença de alguns familiares e dos amigos mais próximos. Eve usou um vestido comprido tomara que caia branco, mesma cor da camisa de Adriano. No pescoço, tinha um lenço azul indiano; nas mãos, um buquê com flores vermelhas. Dois anos depois, nascia Yanis, uma bebê carequinha, que logo ganharia cabelos pretos bem cacheados.

A escolha do nome da filha é um capítulo à parte. Ele gostava de Pietra e ela achava um absurdo alguém ser chamada de “Pedra”, a tradução do italiano. Eve sugeriu Amélie, e ele soltou uma sonora gargalhada, dizendo que Amélie não era do seu agrado. Yanis, que significa presente de Deus e tem origem hebraica, foi aceito com louvor, mesmo sendo uma opção mais usada para meninos. — Quando perguntam o nome todo dela, eu nem soleiro mais. Pego a carteirinha do plano de saúde e mostro. É mais fácil — confessa o pai.

Filho de uma dona de casa e de um taxista, Adriano vem de uma família simples e grande, com quatro irmãos e três irmãs, mas titubeia quando perguntado se vai ter outro filho. Ela quer, ele se preocupa com as contas. A família mora num

conjugado na Lapa tomado por brinquedos de Yanis. Eve continua a dar aulas para brasileiros e estrangeiros e ele é sócio do Guia da Boa, site de programação cultural.

Os olhos azuis e a pele alva costumam chamar a atenção por onde Eve passa, ainda mais quando está ao lado do marido e da filha. — Fico surpresa quando alguém faz algum comentário, mas não ligo. Quero que Yanis cresça aceitando as diferenças culturais e raciais e tenha a oportunidade de ter uma educação igual ou melhor do que a minha — diz Eve, formada em Artes e Ciências na Universidade de Montreal e também fluente em espanhol.

A bagagem da mulher, que já visitou 29 países, entre China, Marrocos e Índia, ampliou os horizontes do marido. — Nunca tinha ido ao teatro antes. Ela me mostrou um outro mundo — elogia ele, que nunca saiu do país e que conhece os sogros apenas por Skype. — Hoje até acho que entendo o que eles falam, em francês, mas como não consigo pronunciar as palavras, a gente se comunica por gestos.

O choque cultural entre os dois existe, não há como negar. Enquanto ela reclama que os brasileiros são machistas, ele não aguenta a insistência da mulher para ir à praia, mesmo nos dias nublados. — Fazer o quê, *né?* Tenho que entender. Ela passou 30 anos no Polo Norte. E eu nem quero imaginar o que seja isso.

Família Gouvêa



Lilian e Rafael Gouvêa: gravidez depois de inseminação - Fabio Seixo

Semanas antes de entrar na sala de parto, Lilian Gouvêa já tinha decidido que a companhia naquele momento tão especial seria a da sobrinha e afilhada Natália, na época com 23 anos. Com ela, Lilian tinha certeza de que ficaria tranquila e também que teria ótimas fotos para guardar para o resto da vida. Rafael chegou cheio de saúde, às 7h54m do dia 16 de junho, com 3,630 quilos e 49 centímetros.

— De repente me vi com 40 anos, sem marido ou namorado e qualquer perspectiva de ter um filho. Pensei em adotar, até fiz uma proposta para um amigo gay, mas acabei tomando coragem para bancar uma produção independente — conta a designer de 50 anos, que engravidou aos 46, depois de três fertilizações *in vitro* com espermatozoides de doadores anônimos.

A descoberta de uma endometriose (doença caracterizada pela presença do endométrio, tecido que reveste o interior do útero, em outros órgãos, como trompas e ovários) fez com que Lilian começasse a pesquisar sobre o assunto. Consultou psicólogo e ginecologista, fez uma avaliação criteriosa e recebeu sugestões de clínicas para iniciar o tratamento.

— Claro que conversei com a minha família antes, mas minhas duas irmãs achavam que eu era louca e que não tinha noção de como seria difícil cuidar de uma criança sozinha — lembra Lilian, que contou com a presença da mãe, Dalva, de 79 anos, em todas as consultas médicas.

Na primeira tentativa, três embriões foram implantados. Quando voltou para casa, um grupo de amigas a esperava com salgadinhos e refrigerantes. Todas tinham por baixo das roupas travesseiros que imitavam barrigas de grávidas. Doze dias depois da festa, ela descobriu que o método não tinha funcionado:

— Fiquei mal, arrasada, e pensei em desistir, mas três meses depois começaria tudo de novo. A diferença é que dessa vez não anunciei pra todo mundo como fiz antes. Pouquíssimas pessoas souberam.

Mais uma vez, os embriões não vingaram. A despesa alta — R\$ 15 mil por procedimento, divididos em várias parcelas no cartão de crédito — quase fez com que ela abandonasse o sonho de ser mãe. Um ano depois da primeira fertilização, Lilian descobriu que seu plano de saúde poderia cobrir as despesas do tratamento em clínicas conveniadas. Foram outros três embriões, cinco dias de repouso total e, 15 dias depois, um exame confirmaria a gravidez, que seguiu tranquila e sem complicações.

Com o nascimento de Rafael, o apartamento em Ipanema, onde Lilian morava sozinha, ganhou mais um quarto depois de uma reforma. Ela escolheu não ter babá, amamentou até os nove meses e carrega o filho debaixo do braço para cima e para baixo. A rotina dos dois começa bem cedo, às 7h, quando, faça sol ou chuva, eles vão para a praia, onde Lilian pratica *beach tennis* e vôlei, e o menino, futebol. Voltam para almoçar em casa e vão a pé para a escola, de ensino católico tradicional, que aceita famílias com diferentes configurações e que, em 2014, não comemorou os dias dos pais e das mães.

— Não escondo de ninguém a história do meu filho, muito menos dele. Um dia, um amiguinho perguntou se era verdade que ele não tinha pai. Foi aí que ele respondeu: "Tenho sim. O meu *paidinho*", sobre o tio e padrinho.

No dia a dia, as decisões a serem tomadas sozinha costumam pesar.

— Quando ele fica com febre. Esta é a hora que eu realmente me desespero. Pensei em como seria bom dividir as responsabilidades com outra pessoa ou ter uma segunda opinião. Mas, olha, isso não é nada que tire o meu sono — garante. — Se tem uma coisa que me incomoda é quando alguém me chama de vovó. Isso eu não gosto.

Entre as amigas, quase todas já com netos, Rafael, que acompanha a mãe nos almoços e em viagens, virou o xodó.

— Senti uma imensa felicidade com a chegada do Rafinha. Ele não só mudou a vida da Lili, como a nossa também — conta a parceira do vôlei Maria Darci Giosa.

— É por isso que digo: o que mais posso querer? — pergunta-se Lilian, com os olhos marejados, enquanto o filho de 3 anos e 9 meses mostra os brinquedos que espalhou pelo chão da sala. — Rafael me dá as maiores alegrias, mas o meu objetivo é prepará-lo para o mundo. Quero passar pra ele os valores em que acredito, com verdade e amor, para que ele possa voar bem longe e ter orgulho da família que tem.

Família Torres Prodan

Um reencontro por acaso num shopping em Botafogo virou do avesso a vida de Fabiana Torres e Gian Prodan. Os dois se conheceram quando ainda eram casados. Frequentavam a casa um do outro, eram amigos dos cônjuges um do outro e acabaram se separando na mesma época. Ela ficou sozinha, cuidando dos dois filhos pequenos. Ele também. Sem notícias há algum tempo, o quase esbarrão na escada rolante rendeu uma conversa animada, um convite para a ceia de Natal e, pouco tempo depois, um namoro.

— A gente tinha a mesma configuração de família desfeita e passava por desafios semelhantes, com a responsabilidade de criar, cada um, duas crianças, sem a ajuda de mais ninguém — conta Fabiana, de 43 anos, mãe de Leon, hoje com 17 anos, e Gabriel, de 15. Juntar quatro meninos não foi tarefa das mais fáceis para o casal. Era ciúme de um lado e implicância do outro. Com uma diferença de idade pequena (os filhos de Gian são Pedro, de 20 anos, e Gianluca, de 16), eles logo ficariam amigos. Mas antes disso os pais já juntavam as escovas de dentes.

— Tem gente que quase enlouquece com um único filho. Você pode imaginar o que é criar seis? — questiona o patriarca, de 58 anos, que teve com Fabiana Nicolas, de 6 anos, e Alessandro, de 3. — É difícil, claro. Ainda mais na minha idade. Não tenho mais a mesma energia de antes. Bastam apenas 15 minutos, e eles conseguem deixar tudo fora do lugar.

Para amenizar o trabalho dos pais, cada um tem as próprias tarefas domésticas, ainda que nem sempre cumpridas. Leon limpa o quintal, corta a grama e cuida dos animais. Pedro dá comida para os caçulas. Gianluca ajuda no lazer dos menores, organizando partidas de futebol. E Gabriel vai ao banco e ao mercado sempre que é preciso.



Família Torres Prodan - Fábio Seixo / O Globo

A (grande) família Torres Prodan mora com um gato e dois cachorros (já foram 12!) numa espaçosa casa de quatro quartos num condomínio no Itanhangá. Cinco anos atrás, a mãe de Fabiana, Maria Dolores Torres, de 84 anos, deixou a cidade natal de Recife para se juntar aos oito.

— Pelo menos, tenho companhia sempre. É uma bagunça, mas eu gosto — sussurra Maria Dolores, afundada numa poltrona vermelha, enquanto os netos correm de um lado para o outro. — Está sempre tudo tão desorganizado que nem me estresso mais. E qualquer saidinha é um evento. Sei que as pessoas olham pra gente com dó, e pensam: “Coitados deles, quanta despesa devem ter...” — diz Fabiana, que mantém um grupo no WhatsApp com os meninos para (tentar) tomar as rédeas de tantas funções.

De fato, as contas são bem altas, e o casal sua a camisa para não ficar no vermelho. Fabiana é estilista e faz consultoria de moda, já Gian tem seu próprio negócio, uma empresa de tecnologia. As despesas mensais chegam, em média, a R\$ 15 mil. Tirando o filho mais velho, que cursa Sistemas de Informação na Universidade Federal Fluminense (UFF), todos os outros estudam em escolas particulares. As compras são feitas, na maioria das vezes, em grande quantidade, e de acordo com as ofertas do dia.

— O meu sonho é que eles consigam pagar, pelo menos, as próprias despesas. Conto os dias para isso acontecer — afirma o pai, enquanto puxa o caçula da beira da piscina. — É uma loucura. Ele não para um segundo. Gabriel, o mais novo do casamento anterior de Fabiana, acha divertido fazer parte de uma família, em suas próprias palavras, “confusa”, e admite ter preguiça de explicar “quem é irmão de quem ou quem é pai de quem”.

— Demora, e nem sempre os outros entendem de primeira — justifica. Recentemente, Gianluca, filho do primeiro casamento de Gian — único que não participou da sessão de fotos —, foi morar com o padrasto em Teresópolis. Leon, o mais velho de Fabiana, costuma ficar de segunda a sexta-feira na casa do pai, na Barra.

— Eu amo os meus irmãos, mas preciso de sossego, sabe? O negócio é que acabo sentindo tanta falta deles que venho todo fim de semana pra cá — conta Leon, com os olhos vidrados no videogame que jogava. — Costumo dizer que as tarefas mais fáceis são as mais complicadas para gente. Todos os casais que conheço reclamam da rotina, *né*? Vou te falar que era tudo o que eu queria na vida — desabafa Fabiana.

Família Gladstone Canuto



Fabio, com o buldogue Hugo, Marcos e os filhos Felipe (à esquerda) e Davidson - Fabio Seixo

Já era noite de uma quarta-feira quando Fabio Inácio Canuto saiu do trabalho, na Cinelândia, rumo à Lapa. Não demorou a encontrar o lugar que procurava, no terceiro andar de um antigo sobrado da Rua Mem de Sá. Um tanto desconfortável, sentou-se numa das últimas filas. A pregação já tinha começado e ele ouviu com atenção cada frase dita pelo pastor. Era a primeira vez que pisava numa igreja em que, segundo ele, era recebido sem qualquer questionamento ou recriminação.

— Foi uma sensação de alívio e acolhimento que nunca tinha sentido antes — lembra o administrador de 35 anos sobre a primeira vez na Igreja Cristã Contemporânea. — Tinha uma noiva e nasci numa família evangélica. Fiz tudo que você pode imaginar para achar uma “cura” e, durante muito tempo, fui obrigado a esconder a minha homossexualidade.

Na igreja da Lapa, gays eram muito bem-vindos, e as visitas de Fabio se tornaram cada vez mais frequentes nos meses seguintes. Ele fez novos amigos e acabou também arrumando um namorado: o pastor.

— Não foi exatamente amor à primeira vista, mas um encontro especial que virou um compromisso de um ano e meio, noivado e casamento — diz Marcos Gladstone, de 39 anos, que fundou a igreja em 2006 e hoje tem a ajuda do marido nos cultos e na administração dos nove templos, no Rio, em Belo Horizonte e em São Paulo.

O casório dos dois, o primeiro entre pastores homossexuais do país, aconteceu em novembro de 2009. Os dois reuniram 300 convidados numa casa de festas no Alto da Boa Vista, com direito a decoração com flores, bolo de dois andares e lua de mel na Costa do Sauípe, na Bahia. No ano seguinte, Fabio convenceu Marcos de que já era hora de dar continuação à família, e entraram juntos com um processo de adoção. Na primeira reunião, eram os únicos declaradamente homossexuais entre outros 30 casais. Eles dizem que “chegou a bater um desânimo”, mas, apenas duas reuniões depois, receberam uma ligação falando de Felipe.

Quando definiu o perfil da criança que estava disposto a adotar, o casal não fez restrição de sexo e cor, mas teria que ter até 7 anos — idade que o menino completaria em 15 dias. Correram para conseguir a autorização para visitá-lo num abrigo em Santa Teresa, que fecharia em breve, e onde também estavam quatro outros garotos. A aproximação foi lenta e cercada de desconfiança por parte de Felipe, que fora abandonado pela mãe anos antes.

— Ele falava pouco e era muito observador. No primeiro fim de semana que ficamos juntos, perguntei se ele tinha reparado que a nossa família seria diferente, sem uma mãe. Ele respondeu que sim e que não se importava. Foi o dia mais feliz da minha vida — conta Fabio.

Um mês depois, um telefonema de um funcionário da Vara da Infância, Juventude e Idoso avisava que outro garoto do abrigo estava entrando em processo de depressão desde a saída de Felipe. Não era plano de Marcos e Fabio, mas não é que Davidson também foi adotado?

Hoje, os quatro e o buldogue francês Hugo, de 8 meses, moram num apartamento alugado num condomínio na Barra, onde cada um dos meninos, de 11 e 12 anos, tem seu quarto. Felipe e Davidson estudam em escolas particulares, fazem aulas de futebol três vezes por semana, amam jogos eletrônicos e são cercados de mimos pelas duas avós, que se revezam nos fins de semana na ajuda com os netos. No dia a dia, nem tudo é só alegria. Pai Fabio e pai Marcos (como os dois são chamados) são alvo de crítica e preconceito.

— A gente sempre é a atração do aeroporto. É um tal de chamar supervisor e mostrar documento que você não acredita. É um parto para embarcar — diz Marcos, também advogado e integrante da Comissão de Direito Homoafetivo da OAB/RJ.

Para os patriarcas da família Gladstone Canuto, uma rotina com regras bem definidas é fundamental.

— Não dá para negar que nossos filhos têm histórias de muita dor e sofrimento. Por isso, fazemos terapia em família uma vez por semana. Falaram para a gente que a ordem tinha que ser instaurada já no início, porque senão os dois dominariam a casa. Viramos dois sargentos, mas no fim de semana a brincadeira é liberada — garante Fabio, que agora sonha em adotar uma menina. — Só falta uma bebê para a família ficar completa. Mas se vierem mais, tudo bem também.

ROBERTA SALOMONE é Jornalista e escreve para esta publicação. **Jornal O GLOBO, Março de 2015.**

Projeto de lei antiterrorismo deve ser aprovado? SIM

Uma realidade mundial (CARLOS VELLOSO)

A IMPRENSA brasileira revela que órgãos incumbidos de reprimir ações terroristas reclamam da falta de instrumentos legais para levar a cabo a atividade repressora. Por outro lado, agências de inteligência descobriram a ocorrência de tentativas de cooptação de brasileiros e pelo menos dez jovens convertidos atuam na internet. E as redes sociais constituem importantes mecanismos de arregimentação de pessoas para os mais diversos fins.

Assim, a inexistência de lei específica que tipifique, às inteiras, atos terroristas, impede investigações, por exemplo, no rastreamento de e-mails e de conversas nas redes sociais, tolhendo, de modo geral, a atuação dos órgãos estatais. É certo que se tem, no Brasil, a criminalização do terrorismo (lei nº 7.170/83, artigo 20). Mas não é menos certo que terrorismo é gênero de que condutas terroristas são espécies. Estas, sim, precisam ser claramente especificadas, tendo em vista o princípio da legalidade com o rigor que deve ser observado na tipificação do crime.

Todavia, sempre que se fala na edição de lei, para o fim de conceituar e tipificar condutas terroristas, surgem clamores contrários, fundados no receio de que essa criminalização atinja movimentos e manifestações populares pacíficas. Não raro há os que alegam que somos um povo ordeiro e que não há ameaças contra o Brasil e a sua gente, não obstante o reconhecimento de que o terrorismo é uma realidade no mundo. Há terrorismo na Europa, na Ásia, na África, na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos. Na Argentina ainda se discute a ação terrorista contra a entidade judaica Amia, em 1994, em Buenos Aires, que resultou em quase uma centena de mortes, tendo ocorrido, recentemente, o assassinato do promotor que investigava o atentado.

Então, os que, ao argumento de que somos um país pacífico, simplesmente põem-se na linha do dito popular "deixa ficar como está para ver como é que fica", como ocorreu relativamente durante anos com a questão hídrica, ao argumento de que o Brasil teria água demais. De repente, o país descobre que está secando e que podemos não ter água nem para necessidades mínimas. Queira Deus que a negligência daqueles que, sob color de que não pairam ameaças contra os brasileiros, não acabe resultando na morte de inocentes. Ações terroristas objetivam provocar impactos matando não combatentes.

Precisamos, sim, de uma legislação inteligente, racional, que defina e criminalize condutas terroristas. Movimentos sociais pacíficos, discursos, não obstantes contestadores, mas que se comportam na liberdade de expressão, manifestações populares que não causam danos ao patrimônio público e privado, evidentemente que não cabem no conceito de terrorismo. A Constituição Federal de 1988 repele expressamente o terrorismo, ao consagrar como princípio a ser observado nas relações internacionais, o repúdio a essa prática (artigo 4º, inciso VIII).

Na tábua dos direitos fundamentais, o terrorismo é equiparado à tortura, ao tráfico de entorpecentes e drogas afins, que a lei deverá considerar como crime hediondo, inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (artigo 5º, inciso XLIV). Quer-se não uma norma qualquer, mas lei, em sentido formal e material, que, traduzindo a vontade geral e aperfeiçoada pela jurisprudência, estabeleça democraticamente modos e meios de repressão ao terrorismo, um mal do século.

CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO, 79, advogado, foi presidente do Supremo Tribunal Federal (1999-2001) e do Tribunal Superior Eleitoral (1994-96 e 2005). É professor emérito da UnB (Universidade de Brasília) e da PUC/Minas. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Projeto de lei antiterrorismo deve ser aprovado? NÃO

Consequências nefastas (ESTHER SOLANO GALLEGO)

O ESTADO Islâmico (EI) representa atualmente uma das ameaças mais iminentes à segurança internacional. Não só por sua brutal agressividade e pelo avanço para além dos territórios do Iraque e da Síria, aproveitando o desmantelamento de ambos. O EI é, sobretudo, uma ameaça pelo recrutamento diário de jovens cidadãos europeus e americanos, por intermédio das redes sociais, numa intensa atividade de proselitismo que não conhece fronteiras.

A "jihad 2.0", um verdadeiro exército on-line do "CyberCalifado", que faz do terror sua propaganda e das decapitações e destruição do patrimônio cultural uma nova e pavorosa forma de marketing.

Segundo informações da Abin (Agência Brasileira de Inteligência), os tentáculos do EI chegaram ao Brasil, um país que lidera indignamente as estatísticas da segurança pública, mas que nunca se viu diante da ferocidade do terrorismo, pois aqui o inimigo sempre foi interno.

O Brasil não tem uma lei antiterrorismo específica, o que dificulta o combate ao EI. Eis um fato. O fato seguinte é que esse tipo de legislação sempre é polêmica pelos elevados impactos que tem nos direitos básicos da população e o livre exercício de sua cidadania, além da ausência de uma definição internacional do conceito de terrorismo.

São conhecidos os problemas das leis antiterroristas de vários países, como aumento da duração da detenção preventiva, acesso a dados de caráter pessoal e interceptações telefônicas sem mandado judicial, criação de tribunais militares de exceção ou detenção por tempo indefinido de estrangeiros. Alguns desses métodos duvidosos já estão incrustados nas práticas brasileiras.

Em um país como Brasil, com grandes dificuldades de garantir o cumprimento dos princípios democráticos para muitos de seus cidadãos, o debate de uma lei antiterrorista deve ser levado a cabo com extremo cuidado e responsabilidade.

É preciso ter claras as margens do Estado democrático de Direito e impedir que deixe ainda mais vulnerável uma população cotidianamente exposta a um sistema muitas vezes ineficaz e degradante.

A política do medo e da neurose coletiva, o discurso do inimigo que desrespeita a liberdade em nome da segurança, a lei que se escreve com motivações político-partidárias ou eleitorais, nunca são iniciativas aconselháveis. Suas consequências podem ser nefastas.

O projeto de lei nº 728/11, do senador Romero Jucá (PMDB-RR), é uma proposta como muitas outras que foram votadas em diversos países desde o 11 de Setembro, nunca isentas de controvérsia, mas que, pelo bem de nossa frágil democracia, deveria ser discutida com ponderação e cautela, e não nas sombras do poder.

Sinto uma grande preocupação ao escutar do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que não vê problemas na votação da lei ser feita com celeridade e sem envolver os diversos setores da população no debate.

Para quem, como a grande maioria dos brasileiros, não confia na boa vontade do sistema e de seus representantes, as palavras de Cunha, são, mais uma vez, uma afronta à democracia.

O Brasil precisa se proteger do terrorismo internacional nas suas mais variadas formas e, para isso, deve aprovar uma lei antiterror como a maioria dos países que se considera em risco? Provavelmente, sim.

Mas um país em cujo território direitos humanos são aniquilados diariamente, cuja violência interna virou uma rotina selvagem diante de um Estado incapaz - quando não conivente -, deve aprovar essa lei às pressas, sem construir um debate? Definitivamente, não.

ESTHER SOLANO GALLEGO, 31, doutora em ciências sociais, é professora de relações internacionais da Universidade Federal de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Quem são os brasileiros em guerra (YAN BOECHAT)

Atraídos por questões ideológicas ou pela excitação de estar em uma zona de conflito, PMs, motoboys, estudantes e ativistas políticos se transformam em combatentes na distante Ucrânia

RAFAEL MIRANDA não sabe ao certo se foram dois, quatro ou seis metros. Só tem certeza de que voou. O deslocamento de ar provocado pelo morteiro que explodiu a poucos metros de onde ele estava arremessou seu corpo com violência. Rafael caiu batendo com a cabeça sobre o cabo do rifle AK-74. “Não desmaiei, não senti dor, não ouvi nada”, conta ele. “Só percebi que algo estava errado quando tentei correr para me jogar na trincheira”. Apesar do esforço, ele não conseguia se movimentar. Não sentia qualquer coisa da cintura para baixo. “Achei que os estilhaços do morteiro tinham me partido ao meio, que eu estava sem as pernas”. Rafael já havia visto cenas semelhantes: pessoas com ferimentos graves, estraçalhadas, mas sem dor por conta da brutal descarga de adrenalina. “Fiquei com medo de olhar para minhas pernas”, diz. “Coloquei a cabeça sobre o rifle, fechei os olhos e esperei que uma bomba me acertasse. Tinha certeza que ia morrer ali”.



AÇÃO - O ex-segurança privado Rodolfo Magaiver realiza treinamento a poucos quilômetros do front de batalha em Pervomias'k, Leste da Ucrânia

TUDO ACONTECEU muito rápido. Fazia frio na manhã de 18 de janeiro e as ruas da pequena cidade litorânea de Shirokino, no Sudeste da Ucrânia, estavam cobertas pela neve da noite anterior. Rafael e dezenas de outros soldados estrangeiros da Unité Continentale, um batalhão formado por voluntários de diferentes países, avançavam sobre o centro de Shirokino. O ataque era uma etapa da nova tentativa de se aproximar de Mariupol, uma cidade de 500 mil habitantes fortemente defendida pelas forças armadas ucranianas, distante apenas 20 quilômetros dali. Se conquistassem Mariupol, os rebeldes pró-Rússia ampliariam ainda mais a faixa de domínio que haviam assegurado no Leste da Ucrânia e teriam acesso a um dos mais importantes parques siderúrgico do país. “Estava fácil, entramos na vila sem resistência”, relembra Rafael. “Mas aí, uma sirene começou a tocar. Até rimos. Duvidávamos que abririam fogo contra a cidade, contra os civis que estavam nos porões das casas”. A sirene ainda ecoava quando a tempestade de mísseis e morteiros despencou.

Resignado, Rafael seguia deitado sobre o rifle, esperando pela morte. Foi quando sentiu um tranco no pescoço e ao abrir os olhos já se viu dentro da trincheira. Tinha sido salvo por um soldado russo. Só então, Rafael tomou coragem de olhar para as pernas. Estavam lá, intactas, sem ferimentos ou qualquer marca de sangue. À sua volta, soldados feridos gritavam, outros pareciam mortos. “Pela primeira vez senti pavor”, conta Rafael. “Percebi que havia sido ferido nas costas e tive medo de ter ficado paraplégico. Só pensava em como ia contar para minha mãe o que tinha acontecido comigo tão longe de casa”.



RAFAEL LUSVARGUI, 30
Ex-PM de São Paulo e ex-tradutor



Rafael Lusvargui foi o primeiro brasileiro a se juntar aos rebeldes pró-Rússia, ainda em setembro do ano passado. Com o afluxo de brasileiros, Lusvargui obteve autorização para montar um pelotão com voluntários internacionais, batizado de Che Guevara. Ele e seus soldados estão instalados em uma escola infantil parcialmente destruída pelos bombardeios em Pervomais'k, uma cidade em que a maior parte dos moradores abandonou tudo para fugir da guerra.



FÉLIX, 20

Estudante universitário da região Sul do País



Félix chegou à Ucrânia em fevereiro, levado pelo pai, um ex-militante de esquerda. Sem treinamento militar e com pouca experiência em situações extremas, teve um princípio de hipotermia em sua primeira temporada vivendo nas trincheiras.

Rafael foi atingido por dois estilhaços de morteiro. Um deles perfurou seu pulmão esquerdo. O outro, pelo que ele conseguiu entender dos médicos russos que o atenderam, alojou-se a poucos milímetros de sua espinha dorsal. "Fui operado duas vezes, fiquei internado por quase dois meses e já consigo andar, ainda que mancando", diz ele, sentado na cama de um quarto de hospital em Donetsk, no dia em que se preparava para receber alta. "Foi difícil, faltou comida e o tratamento não é o melhor, mas me sinto feliz. Estou aqui para lutar contra o imperialismo americano", diz ele.

Um dos colegas de quarto, notando a animação, saúda Rafael com o jargão antifascista da Guerra Civil Espanhola: "No passarán!". Até seis meses atrás, Rafael jamais havia participado de um treinamento militar. Nem tiro com fuzil tinha dado em seus 26 anos de vida. Fez cursos de segurança privado e, quando mais novo, sonhava em se tornar boxeador profissional. Disputou apenas uma luta, e perdeu. Natural de Mauá, na região do ABC paulista, decidiu ir para a Ucrânia se aliar aos rebeldes no final do ano passado, logo após perder o emprego de segurança em uma empresa de São Paulo. Para sobreviver, passou parte da segunda metade de 2014 trabalhando como motoboy.

"Sabe quando chega aquele momento em que nada dá mais certo, que você só quer sumir, desaparecer? Pois é, eu cheguei nesse momento". Rafael acredita que há um complô formado por banqueiros, grandes empresas e magnatas judeus para impor ao mundo uma ordem marcada pela desigualdade e pela exploração dos mais fortes sobre os mais fracos. Rafael Miranda é parte de um crescente grupo de brasileiros que optaram por abandonar suas vidas para se juntar aos rebeldes apoiados pela Rússia que lutam pela independência desta região do Leste da Ucrânia conhecida como Donbass. Em março havia sete brasileiros de diferentes regiões do País – com diferentes objetivos e ainda mais diferentes motivações – lutando lado a lado com os separatistas.

RAFAEL MIRANDA, 26

Ex-segurança privado e ex-motoboy

Rafael Miranda foi atingido por dois estilhaços em uma batalha em meados de janeiro. Teve o pulmão perfurado e por pouco não ficou paraplégico. Rafael passou quase dois meses internado em um hospital militar em Donetsk, onde dividia um quarto com outros cinco soldados feridos em combate. Ainda caminhando com dificuldade, recebeu alta no fim de março e se juntou a um batalhão cossaco instalado na cidade.



AL HASSAM, 30

Soldado da PM do Amazonas

Al Hassam (nome fictício) decidiu se juntar aos rebeldes para obter experiência de combate em uma guerra. Ele vive em uma cidade do interior do Amazonas e pediu licença sem vencimento para ir para a Ucrânia. O soldado, que se considera comunista, acredita que grupos guerrilheiros de esquerda possam ressurgir na América Latina e pretende estar preparado para unir-se a eles.



O grupo é heterogêneo. Em março juntava perfis tão distintos quanto o de um soldado da Polícia Militar do Amazonas em licença não remunerada e o de um estudante de comunicação de uma universidade pública de Minas Gerais. Contava ainda com um ex-militante de esquerda do Sul do País, de pouco mais de 50 anos de idade, e seu filho, um estudante universitário de cerca de 20 anos. O pelotão de brasileiros é integrado também por um ex-cabo do exército que atuava como segurança privado em Presidente Prudente (SP) e que ficou desempregado após ser baleado na perna em um tiroteio. Em meados do mês passado, todos eram comandados por Rafael Lusvargui, um ex-soldado da Polícia Militar de São Paulo que foi preso durante as manifestações contra a Copa do Mundo na capital paulista em 2014.

Lusvargui foi o primeiro deles a ir para a Ucrânia se unir aos rebeldes. Chegou lá em setembro, logo após a perícia da polícia paulista comprovar que a caixinha de achocolatado líquido com a qual foi preso nas passeatas continha apenas uma mistura de leite, açúcar e chocolate em pó – e não material explosivo, como alegavam os policiais que o prenderam. “Comecei a postar as fotos das ações que eu participava aqui

na Ucrânia e rapidamente um monte de gente entrou em contato, querendo ajudar os rebeldes. Nem eu esperava por isso”, conta Lusvargui, que se considera eslavo, já havia morado na Rússia e fala russo com bastante desenvoltura.

Rodolfo, ex-cabo do exército, de 27 anos, que trabalhava como segurança em Presidente Prudente (SP), chegou dois meses depois de Lusvargui. Ele, que prefere ser chamado de Magayver (“porque resolvo tudo”), conheceu Lusvargui por meio de uma página no Facebook de apoio aos separatistas. Criada pelo advogado carioca Raphael Machado, o grupo Frente Brasileira de Solidariedade com a Ucrânia se transformou em uma espécie de ponto de encontro e troca de informações de brasileiros que desejam fazer parte da guerra. Machado já tem mais de sete mil seguidores na página e diz que, em poucos meses, cerca de 150 pessoas o procuraram atrás de informações para entrarem na guerra.

“Eu segui as recomendações e deu tudo certo”, diz Rodolfo, o Magayver. “Vim para cá para ajudar as pessoas que estavam sofrendo”. Mas ele não nega que, desde a época do quartel, sonhava participar de combates reais. Magayver gosta da guerra. A conexão Brasil-Donbass funciona de forma simples. Os brasileiros compram passagem para Moscou e lá são recebidos por uma pessoa ligada aos separatistas que os hospedam em um apartamento na capital russa. Em poucos dias, embarcam num ônibus com outros voluntários estrangeiros e russos, diretamente para Lugansk, uma das principais cidades da região separatista. Ali o grupo é recepcionado por Rafael Lusvargui e encaminhando de imediato para Pervomais’k, uma tenebrosa cidade fantasma que já foi habitada por 60 mil pessoas.

Danificada pelos bombardeios e praticamente abandonada pela população civil, Pervomais’k é a porta para os combates – fica a menos de cinco quilômetros das trincheiras das forças armadas ucranianas. Rafael Lusvargui recebeu autorização do batalhão cossaco do qual faz parte para criar um pelotão de reconhecimento e sabotagem batizado de Unidade Internacionalista Ernesto “Che” Guevara. A expectativa é de que pelo menos seis novos brasileiros cheguem a Pervomais’k nas próximas semanas.

A Guerra da Ucrânia é um conflito local com implicações mundiais e tem atraído uma miríade de combatentes de todo o mundo. A despeito dos detalhes regionais, para muitos, este é um combate entre Leste e Oeste. Uma espécie de batalha final da Guerra Fria que foi prorrogada por três décadas. “A Rússia ainda é um elemento importante no equilíbrio geopolítico mundial e os Estados Unidos e a União Europeia querem enfraquecê-la o máximo possível para serem hegemônicos”, diz o soldado da Polícia Militar do Amazonas que também luta ao lado dos rebeldes e não quer se identificar. Pede apenas para ser chamado de Al Hassan.



CONEXÃO BRASIL-UCRÂNIA

O caminho que os brasileiros fazem para se unir aos milicianos que lutam pela independência do Leste da Ucrânia



1 A maior parte dos brasileiros que foi ou pretende lutar com os rebeldes pró-Rússia no Leste da Ucrânia fez os primeiros contatos por meio de um grupo no Facebook. Na página "Frente Brasileira de Solidariedade com a Ucrânia" são postadas informações diárias sobre o conflito e dicas de como chegar à região dominada pelos separatistas

2 Eles então são orientados a seguir para a Rússia e levar consigo ao menos algumas centenas de dólares para chegar ao Leste da Ucrânia

3 Os brasileiros embarcam em São Paulo em um voo para Moscou



4 São recebidos por um representante dos separatistas, passam alguns dias em um apartamento da cidade e então são levados para uma espécie de terminal de ônibus

5 De lá seguem para cidades nas proximidades do front de batalha, onde receberão o treinamento básico de cerca de uma semana



6 Viajam cerca de 18 horas pelo interior da Rússia na companhia de outros voluntários, russos e estrangeiros, e cruzam um posto de fronteira dominado pelos rebeldes para entrar na Ucrânia

7 Desembarcam na cidade de Luhansk, um dos principais pólos separatistas, e são recebidos por outros brasileiros



PM brasileiro. “É difícil ser policial militar, a PM é uma instituição reacionária, mas é um emprego”, diz. Ele foi para a Ucrânia em busca de experiência em combate militar. Acredita que, em algum momento, grupos armados de extrema esquerda possam ressurgir no Brasil e na América Latina em face à guinada à direita que muitos países ameaçam tomar. “Quero estar preparado para fazer parte deles”. Mas Hassan, assim como outros brasileiros do grupo na Ucrânia, está decepcionado. “Não há combate direto, é só artilharia. Você raramente vê o inimigo”, reclama.

Quando começou, a Guerra da Ucrânia parecia destinada a seguir as características dos conflitos atuais, como ocorre na Síria e no Iraque: forças assimétricas combatendo em ambiente urbano, utilizando táticas de guerrilha. No entanto, o farto equipamento militar disponível tanto para as forças armadas ucranianas quanto para os rebeldes fez com que rapidamente as batalhas ganhassem cores muito semelhantes às da 1ª Guerra Mundial, com front definido e batalhas travadas basicamente por artilharia.



RODOLFO MAGAYVER, 27

Ex-soldado do exército, de Presidente Prudente (SP)

Magayver é um dos combatentes brasileiros mais experientes em atividade na Ucrânia. Chegou ao país em dezembro, decidido a experimentar a guerra. Participou de combates duros, como o que feriu Rafael Miranda, próximo a Mariupol. Não pensa em retornar ao Brasil antes do final da guerra.

Félix – outro nome fictício - nunca tinha pego uma arma na vida quando chegou na Ucrânia trazido por seu pai. O primeiro tiro foi dado em um rifle AK-74, durante os cinco dias de treinamento básico que todos os brasileiros recebem antes de ir para o front. Na terceira semana de março, Félix estava em um apartamento ocupado pelos soldados rebeldes na cidade de Pervomais'k, recuperando-se de um princípio de hipotermia. Ele não suportou as temperaturas negativas que enfrentou durante os cinco dias passados nas trincheiras. “A guerra de verdade é muito diferente do que a gente pensa, não tem nada a ver com o vídeo-game”, diz ele, singelamente. No Brasil, Félix gostava de jogar Call of Duty e Medal of Honor, dois bestsellers do mundo dos vídeo-games de guerra. “Mas eu não tenho ideologia, não gosto de nenhuma ideologia política”.

Já o pai de Félix se apresenta como um ideólogo. Alberto – nome também fictício – passou a vida militando em organizações e partidos de esquerda no Brasil. Divergências internas o fizeram desistir, ao menos por enquanto, da militância. Alberto gosta de discorrer sobre qualquer assunto com explicações longas e eloqüentes. Cita nomes, dados e datas com impressionante precisão. Ele garante que não foi para a Ucrânia para se transformar em um combatente, embora tenha feito treinamento básico militar e passado vários dias nas trincheiras, participando de missões de reconhecimento das linhas inimigas. “Se você disser que eu peguei em armas, eu nego”, dizia ele, em uniforme militar, ao lado de um rifle AK-74.

Félix e seu pai são considerados “combatentes turistas” pelos mais experientes, como Rafael, Lusvargui ou Magayver. Ao contrário deles, os três não se importam em mostrar o rosto ou dizer seus nomes. De alguma forma, estão recebendo um reconhecimento que nunca tiveram na vida. A população local os considera heróis e, por meio das redes sociais, são vistos quase como celebridades em um universo restrito, porém bastante ativo, de admiradores de seus feitos. Magayver, por exemplo, saiu do Brasil com 80 amigos no Facebook. Hoje os conta aos milhares. Na última semana de março, em um raro passeio pelo centro de Donetsk, Rafael chegou a ser parado por um casal de senhores em um mercado de pulgas da cidade. Ao verem a bandeira brasileira bordada em seu uniforme, se emocionaram a ponto de derramarem lágrimas. Rafael, que considera como sua família apenas a mãe – a despeito de ter pai e irmãos – também se emociona. “Por alguma razão meus familiares no Brasil estão se orgulhando de tudo isso que estou fazendo”, diz. “Estou feliz”.

YAN BOECHAT é jornalista e escreve para esta publicação. **Revista ISTO É, Abril de 2015.**

A USP é tudo isso? (MARCO ANTONIO ZAGO)

PELA quarta vez consecutiva, a Universidade de São Paulo foi reconhecida no ranking de reputação da organização britânica Times Higher Education - principal avaliação internacional de instituições de ensino superior - como uma das cem melhores universidades do mundo. Precisamente, a USP está entre as 60 primeiras.

Nessas classificações internacionais, concorreremos com instituições que foram criadas há mais de 300 anos e que estão situadas em países com muito mais bagagem histórica em matéria de cultura e de geração de conhecimento. Sem essa tradição é, no mínimo, bastante improvável que uma universidade alcance a excelência. Ninguém faz uma instituição desse porte e com esse nível de reputação da noite para o dia. Causa surpresa, portanto, que uma universidade localizada abaixo da linha do Equador, como é o caso da USP, alcance uma posição de tanto destaque.

Para que o leitor tenha uma ideia aproximada do que representa essa conquista, vale registrar que Itália, Espanha e Portugal possuem muito mais tradição em pesquisa, cultura e inovação e, não obstante, nenhum desses países tem uma representante na lista das cem melhores do mundo. Não é só isso. Nenhuma universidade do mundo de cultura e língua latinas --abrangendo cerca de um bilhão de pessoas da Europa Ocidental, América Latina e Caribe "" está em melhor posição que a USP. Há, porém, duas francesas na mesma posição (51ª a 60ª). Somos a única universidade da América do Sul a registrar o nome no ranking da Times Higher Education por quatro anos seguidos.

É claro que isso alegra a todos. Uma instituição que tem 90 mil alunos, oferece 11 mil vagas no vestibular e forma 2.000 doutores a cada ano, situada a milhares de quilômetros dos grandes centros americanos e europeus, certamente precisa contar com muitas virtudes para chegar aonde chegou. Mas, além do júbilo, que lição devemos tirar desse feito? Neste momento, devemos ter a maturidade de constatar que essa lição é a do trabalho, da autonomia universitária e do espírito público.

A USP se tornou o que é graças ao trabalho dedicado, qualificado e persistente de milhares de docentes, servidores e estudantes que procuram trilhar os caminhos do conhecimento em benefício da nossa gente e da humanidade. O método com que trabalhamos não é menos determinante. Esse método ensina que o arrojo administrativo e a grandeza de propósitos não devem ser postos, jamais, como princípios opostos aos da transparência, da impessoalidade e da economicidade. A autonomia é indispensável ao desenvolvimento da ciência e à natureza diversa de uma universidade pujante e livre.

Ao mesmo tempo, a responsabilidade no trato dos recursos públicos, que são recursos de todos os cidadãos, deve ser um imperativo prioritário. São valores como esses que nos trouxeram até aqui. Deles, não podemos nos desviar. A USP é um patrimônio de São Paulo, instalada atualmente na capital paulista e em outras sete regiões do Estado: Piracicaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Bauru, Pirassununga, Lorena e Santos. Acima disso, ela é um patrimônio do Brasil e, cada vez mais, vem sendo valorizada pelo mundo acadêmico em todos os continentes, acima das fronteiras nacionais.

Buscando o melhor do ensino, da pesquisa e da extensão de suas atividades, a comunidade da USP tem todos os motivos para se sentir gratificada, mas deve estar consciente de que quer mais --e será mais. Podemos nos orgulhar do que já alcançamos, sem fugir ao dever de saber que temos tudo para ser ainda melhores.

MARCO ANTONIO ZAGO, 68, é reitor da USP. Professor titular da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, foi pró-reitor de pesquisa e presidente do CNPq - Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Maioridade penal: mitos e fatos (RUBENS NAVES)

Diante de tantos fatos e evidências a esclarecer o engodo em que consiste a apresentação da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação de adolescentes infratores como fórmulas eficazes para diminuir a criminalidade e a violência, cabe aos cidadãos e eleitores exigir que se eleve o nível do debate



(As fotos da cobertura sobre as prisões foram tiradas no Instituto Penal Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e fazem parte do ensaio "O Caldeirão do Diabo" de Andre Cypriano)

MAIS UMA vez a sociedade brasileira é bombardeada por uma campanha pelo retrocesso na legislação e nas políticas públicas relativas à responsabilização de adolescentes infratores. Desde a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, sempre que os cálculos político-eleitorais de lideranças e grupos conservadores revelam oportunidade de exploração da insegurança e do medo para obtenção de votos ou para desviar a atenção do eleitorado de questões "inconvenientes", propostas para redução da maioridade penal voltam às manchetes.

A lógica das repetitivas campanhas pela redução da maioridade penal é simples. Entre os inúmeros episódios de violência que ocorrem em um país de quase 200 milhões de habitantes, destacam-se alguns casos especialmente atroz, cujos perpetradores têm menos de 18 anos. Ao mesmo tempo, ignoram-se completamente as estatísticas, evidências e experiências nacionais e internacionais que demonstram a trágica falácia de "soluções" focadas na ampliação do aprisionamento, sobretudo no que tange aos adolescentes infratores. Opera-se, desse modo, uma estratégia de comunicação na contramão de um efetivo processo de esclarecimento, pautado pela racionalidade, pelo pragmatismo e pela ética, que deveria ser a meta e a missão de autoridades públicas, partidos políticos e profissionais da mídia.

Na campanha político-midiático-legislativa atualmente em curso, além da redução da maioridade penal, clama-se pelo aumento do tempo máximo de internação de adolescentes em conflito com a lei – de três para oito anos –, medida igualmente contraindicada.

Apresento, a seguir, as dez principais razões pelas quais a grande maioria dos especialistas e das organizações da sociedade civil que conhecem a situação dos adolescentes infratores – como a Fundação Abrinq/Save The Children – e trabalham por sua recuperação é contra a redução da maioridade penal.

1) É inconstitucional. O artigo 228 da Constituição Federal estabelece que é direito do adolescente menor de 18 anos responder por seus atos mediante o cumprimento de medidas socioeducativas, sendo inimputável em relação ao sistema penal convencional. E, de acordo com o artigo 60, os direitos e as garantias individuais estão entre as “cláusulas pétreas” de nossa Constituição, que só podem ser modificadas por uma nova Assembleia Nacional Constituinte.

2) É uma medida inadequada para o combate à violência e à criminalidade. Além de ser incapaz de tratar o adolescente como prevê o ECA, o sistema carcerário brasileiro tem uma infraestrutura extremamente precária e um déficit de mais de 262 mil vagas. Tratar o adolescente como criminoso e aprisioná-lo com adultos condenados contribuirá para aumentar o inchaço populacional das cadeias, favorecendo o aumento da violência e a aliciação precoce de adolescentes pelas redes do crime organizado, dentro e fora das prisões.

3) Inimputabilidade não é sinônimo de impunidade. O fato de o adolescente ser inimputável penalmente não o exime de ser responsabilizado com medidas socioeducativas, inclusive com a privação de liberdade por até três anos. E, como prevê o artigo 112 do ECA, em casos de adolescentes com graves desvios de personalidade, a internação pode ser estendida pelo tempo que se mostre necessário à proteção da sociedade.

4) O jovem já é responsabilizado. A severidade das medidas socioeducativas é estabelecida de acordo com a gravidade do ato infracional. O ECA prevê seis diferentes medidas socioeducativas, sendo a mais grave delas a restritiva de liberdade. A medida de internação só deve ser aplicada quando: 1) tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; 2) por reiteração no cometimento de outras infrações graves; 3) por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta. A diferença entre o disposto no ECA e no Código Penal está no modo de acompanhamento do percurso dessa pessoa em uma unidade de internação. Pelo ECA e pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), o acompanhamento dos adolescentes autores de atos infracionais pelo Plano Individual de Atendimento (PIA) é o que favorece sua reintegração e a drástica diminuição dos índices de reincidência.

5) O número de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas é frequentemente superdimensionado. Da população total de adolescentes no Brasil, apenas 0,09% se encontra em cumprimento de medidas socioeducativas. E, ao considerarmos a população total do país, esse percentual é inferior a 0,01% da população.

6) O Sinase ainda não foi devidamente posto em prática nos estados brasileiros. Segundo dados de 2011 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em somente 5% das ações judiciais envolvendo adolescentes existem informações sobre o PIA. Desses processos, 77% não aplicam o plano. Além disso, 81% dos adolescentes autores de ato infracional não receberam acompanhamento após o cumprimento de medida socioeducativa.

7) As taxas de reincidência no sistema de atendimento socioeducativo são muito menores que no sistema prisional. Em 2010, no sistema de atendimento da Fundação Casa, do estado de São Paulo, a reincidência foi de 12,8%. No sistema prisional convencional para adultos, essa taxa sobe para 60%. A grande maioria dos adolescentes tem chances concretas de traçar projetos de vida distantes da criminalidade, por isso não devem ser enviados para um sistema que reduz essas chances. Em municípios onde as medidas socioeducativas previstas no ECA e no Sinase são efetivamente aplicadas, como São Carlos (SP), as taxas de reincidência são ainda menores.

8) O aumento de intensidade da punição não reduz os crimes. Prova disso é a Lei de Crimes Hediondos, que, desde que começou a valer, em 1990, não contribuiu para a diminuição desse tipo de delito. Pelo contrário: os crimes aumentaram.

9) As crianças e os adolescentes são as maiores vítimas de violações de direitos. O número de adolescentes e crianças vítimas de crimes e violências é, no Brasil, muito maior que o de jovens infratores. Grande parte dos adolescentes infratores sofreu algum tipo de violência antes de cometer o primeiro ato infracional. Mais de 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados no território brasileiro em 2010 (Mapa da Violência 2012 – Crianças e Adolescentes do Brasil), e mais de 120 mil, vítimas de maus-tratos e agressões, receberam atendimento via Disque 100, entre janeiro e novembro de 2012 (Relatório Disque Direitos Humanos – Disque 100, 2012).

10) As crianças e os adolescentes são sujeitos de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, desde 1990, devem receber a proteção integral prevista pelo ECA. A adolescência é uma fase da vida de grande oportunidade para aprendizagem, socialização e desenvolvimento. Atos infracionais cometidos por adolescentes devem ser entendidos como resultado de circunstâncias que podem ser transformadas e de problemas passíveis de superação. Para aumentar as chances de recuperação e de “reinserção” (em muitos casos, seria mais correto dizer “inserção”) social saudável, eles precisam de reais oportunidades – e, certamente, não de sofrer novas violências, conviver com criminosos adultos em prisões superlotadas e carregar o estigma do encarceramento.

Diante de tantos fatos e evidências a esclarecer o engodo em que consiste a apresentação da redução da maioridade penal e do aumento do tempo de internação de adolescentes infratores como fórmulas eficazes para diminuir a criminalidade e a violência, cabe aos cidadãos e eleitores exigir que se eleve o nível do debate.

O discurso do medo e da vingança é muito fácil e marca a história humana como promotor de enormes tragédias – algumas excepcionais e flagrantes, como as guerras declaradas, outras cotidianas e mais veladas, como as políticas de marginalização, punição e encarceramento em massa.

RUBENS NAVES é professor licenciado do Departamento de Teoria Geral do Direito da PUC-SP, sócio titular de Rubens Naves, Santos Jr, Hesketh Escritórios Associados de Advocacia. Ilustração: Andre Cypriano. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Abril de 2015.**

18 razões para não reduzir a maioria penal (DOUGLAS BELCHIOR)

O DEBATE sobre a redução da maioria penal é muito complexo. Não porque seja difícil defender a inconsequência e a ineficácia da medida enquanto solução para os problemas da violência e criminalidade. Mas, principalmente, por ter de enfrentar um imaginário retroalimentado pela grande mídia o tempo todo e há muitos anos, que reafirma: *há pessoas que colocam a sociedade em risco. Precisamos nos ver livres delas. Se possível, matá-las. Ou ao menos prendê-las, quanto mais e quanto antes.*

Em sala de aula, ver adolescentes defendendo a prisão e a morte para seus iguais dói. Mas é possível reverter esse pensamento. *"Queremos justiça ou vingança?"*, é a pergunta que mais gosto de fazer. E você que me lê, se quer vingança, está correto. Reduza a maioria penal para 16, e depois para 14, 12, 10 anos. Prenda em maior número e cada vez mais cedo. Institua a pena de morte. Mas se quer justiça, as saídas são outras. E te apresento abaixo, 18 razões para refletir.



Foto: Ike Bittencourt

1º. Porque já responsabilizamos adolescentes em ato infracional

A partir dos 12 anos, qualquer adolescente é responsabilizado pelo ato cometido contra a lei. Essa responsabilização, executada por meio de medidas socioeducativas previstas no ECA, tem o objetivo de ajudá-lo a recomeçar e a prepará-lo para uma vida adulta de acordo com o socialmente estabelecido. É parte do seu processo de aprendizagem que ele não volte a repetir o ato infracional. Por isso, não devemos confundir impunidade com imputabilidade. A imputabilidade, segundo o Código Penal, é a capacidade da pessoa entender que o fato é ilícito e agir de acordo com esse entendimento, fundamentando em sua maturidade psíquica.

2º. Porque a lei já existe, resta ser cumprida

O ECA prevê seis medidas educativas: advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Recomenda que a medida seja aplicada de acordo com a capacidade de cumpri-la, as circunstâncias do fato e a gravidade da infração. Muitos adolescentes, que são privados de sua liberdade, não ficam em instituições preparadas para sua reeducação, reproduzindo o ambiente de uma prisão comum. E mais: o adolescente pode ficar até 9 anos em medidas socioeducativas, sendo três anos interno, três em semiliberdade e três em

liberdade assistida, com o Estado acompanhando e ajudando a se reinserir na sociedade. Não adianta só endurecer as leis se o próprio Estado não as cumpre.

3º. Porque o índice de reincidência nas prisões é de 70%

Não há dados que comprovem que o rebaixamento da idade penal reduz os índices de criminalidade juvenil. Ao contrário, o ingresso antecipado no falido sistema penal brasileiro expõe as(os) adolescentes a mecanismos/comportamentos reprodutores da violência, como o aumento das chances de reincidência, uma vez que as taxas nas penitenciárias são de 70% enquanto no sistema socioeducativo estão abaixo de 20%. A violência não será solucionada com a culpabilização e punição, mas pela ação da sociedade e governos nas instâncias psíquicas, sociais, políticas e econômicas que as reproduzem. Agir punindo e sem se preocupar em discutir quais os reais motivos que reproduzem e mantêm a violência, só gera mais violência.

4º. Porque o sistema prisional brasileiro não suporta mais pessoas

O Brasil tem a 4º maior população carcerária do mundo e um sistema prisional superlotado com 500 mil presos. Só fica atrás em número de presos para os Estados Unidos (2,2 milhões), China (1,6 milhões) e Rússia (740 mil). O sistema penitenciário brasileiro NÃO tem cumprido sua função social de controle, reinserção e reeducação dos agentes da violência. Ao contrário, tem demonstrado ser uma "escola do crime". Portanto, nenhum tipo de experiência na cadeia pode contribuir com o processo de reeducação e reintegração dos jovens na sociedade.

5º. Porque reduzir a maioridade penal não reduz a violência

Muitos estudos no campo da criminologia e das ciências sociais têm demonstrado que NÃO HÁ RELAÇÃO direta de causalidade entre a adoção de soluções punitivas e repressivas e a diminuição dos índices de violência. No sentido contrário, no entanto, se observa que são as políticas e ações de natureza social que desempenham um papel importante na redução das taxas de criminalidade. Dados do Unicef revelam a experiência mal sucedida dos EUA. O país, que assinou a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, aplicou em seus adolescentes, penas previstas para os adultos. Os jovens que cumpriram pena em penitenciárias voltaram a delinquir e de forma mais violenta. O resultado concreto para a sociedade foi o agravamento da violência.

6º. Porque fixar a maioridade penal em 18 anos é tendência mundial

Diferentemente do que alguns jornais, revistas ou veículos de comunicação em geral têm divulgado, a idade de responsabilidade penal no Brasil não se encontra em desequilíbrio se comparada à maioria dos países do mundo. De uma lista de 54 países analisados, a maioria deles adota a idade de responsabilidade penal absoluta aos 18 anos de idade, como é o caso brasileiro. Essa fixação majoritária decorre das recomendações internacionais que sugerem a existência de um sistema de justiça especializado para julgar, processar e responsabilizar autores de delitos abaixo dos 18 anos.

7º. Porque a fase de transição justifica o tratamento diferenciado

A Doutrina da Proteção Integral é o que caracteriza o tratamento jurídico dispensado pelo Direito Brasileiro às crianças e adolescentes, cujos fundamentos encontram-se no próprio texto constitucional, em documentos e tratados internacionais e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tal doutrina exige que os direitos humanos de crianças e adolescentes sejam respeitados e garantidos de forma integral e integrada, mediando e operacionalização de políticas de natureza universal, protetiva e socioeducativa. A definição do adolescente como a pessoa entre 12 e 18 anos incompletos implica a incidência de um sistema de justiça especializado para responder a infrações penais quando o autor trata-se de um adolescente. A imposição de medidas socioeducativas e não das penas criminais relaciona-se justamente com a finalidade pedagógica que o sistema deve alcançar, e decorre do reconhecimento da condição peculiar de desenvolvimento na qual se encontra o adolescente.

8º. Porque as leis não podem se pautar na exceção

Até junho de 2011, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), do Conselho Nacional de Justiça, registrou ocorrências de mais de 90 mil adolescentes. Desses, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. O número, embora seja considerável, corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil, que conta com 21 milhões de meninos e meninas entre 12 e 18 anos. Sabemos que os jovens infratores são a minoria, no entanto, é pensando neles que surgem as propostas de redução da idade penal. Cabe lembrar que a exceção nunca pode pautar a definição da política criminal e muito menos a adoção de leis, que devem ser universais e valer para todos. As causas da violência e da desigualdade social não se resolverão com a adoção de leis penais severas. O processo exige que sejam tomadas medidas capazes de romper com a banalização da violência e seu ciclo. Ações no campo da educação, por exemplo, demonstram-se positivas na diminuição da vulnerabilidade de centenas de adolescentes ao crime e à violência.

9º. Porque reduzir a maioridade penal é tratar o efeito, não a causa

A constituição brasileira assegura nos artigos 5º e 6º direitos fundamentais como educação, saúde, moradia, etc. Com muitos desses direitos negados, a probabilidade do envolvimento com o crime aumenta, sobretudo entre os jovens. O adolescente marginalizado não surge ao acaso. Ele é fruto de um estado de injustiça social que gera e agrava a pobreza em que sobrevive grande parte da população. A marginalidade torna-se uma prática moldada pelas condições sociais e

históricas em que os homens vivem. O adolescente em conflito com a lei é considerado um 'sintoma' social, utilizado como uma forma de eximir a responsabilidade que a sociedade tem nessa construção. Reduzir a maioria é transferir o problema. Para o Estado é mais fácil prender do que educar.

10°. Porque educar é melhor e mais eficiente do que punir

A educação é fundamental para qualquer indivíduo se tornar um cidadão, mas é realidade que no Brasil muitos jovens pobres são excluídos deste processo. Puni-los com o encarceramento é tirar a chance de se tornarem cidadãos conscientes de direitos e deveres, é assumir a própria incompetência do Estado em lhes assegurar esse direito básico que é a educação. As causas da violência e da desigualdade social não se resolverão com adoção de leis penais mais severas. O processo exige que sejam tomadas medidas capazes de romper com a banalização da violência e seu ciclo. Ações no campo da educação, por exemplo, demonstram-se positivas na diminuição da vulnerabilidade de centenas de adolescentes ao crime e à violência. Precisamos valorizar o jovem, considerá-los como parceiros na caminhada para a construção de uma sociedade melhor. E não como os vilões que estão colocando toda uma nação em risco.

11°. Porque reduzir a maioria penal isenta o Estado do compromisso com a juventude

O Brasil não aplicou as políticas necessárias para garantir às crianças, aos adolescentes e jovens o pleno exercício de seus direitos e isso ajudou em muito a aumentar os índices de criminalidade da juventude. O que estamos vendo é uma mudança de um tipo de Estado que deveria garantir direitos para um tipo de Estado Penal que administra a panela de pressão de uma sociedade tão desigual. Deve-se mencionar ainda a ineficiência do Estado para emplacar programas de prevenção da criminalidade e de assistência social eficazes, junto às comunidades mais pobres, além da deficiência generalizada em nosso sistema educacional.

12°. Porque os adolescentes são as maiores vítimas, e não os principais autores da violência

Até junho de 2011, cerca de 90 mil adolescentes cometeram atos infracionais. Destes, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. O número, embora considerável, corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil que conta com 21 milhões de meninos e meninas entre 12 e 18 anos. Os homicídios de crianças e adolescentes brasileiros cresceram vertiginosamente nas últimas décadas: 346% entre 1980 e 2010. De 1981 a 2010, mais de 176 mil foram mortos e só em 2010, o número foi de 8.686 crianças e adolescentes assassinadas, ou seja, 24 POR DIA! A Organização Mundial de Saúde diz que o Brasil ocupa a 4ª posição entre 92 países do mundo analisados em pesquisa. Aqui são 13 homicídios para cada 100 mil crianças e adolescentes; de 50 a 150 vezes maior que países como Inglaterra, Portugal, Espanha, Irlanda, Itália, Egito cujas taxas mal chegam a 0,2 homicídios para a mesma quantidade de crianças e adolescentes.

13°. Porque, na prática, a PEC 33/2012 é inviável

A Proposta de Emenda Constitucional quer alterar os artigos 129 e 228 da Constituição Federal, acrescentando um parágrafo que prevê a possibilidade de desconsiderar da inimizabilidade penal de maiores de 16 anos e menores de 18 anos. E o que isso quer dizer? Que continuarão sendo julgados nas varas Especializadas Criminais da Infância e Juventude, mas se o Ministério Público quiser poderá pedir para 'desconsiderar inimizabilidade', o juiz decidirá se o adolescente tem capacidade para responder por seus delitos. Seriam necessários laudos psicológicos e perícia psiquiátrica diante das infrações: crimes hediondos, tráfico de drogas, tortura e terrorismo ou reincidência na prática de lesão corporal grave e roubo qualificado. Os laudos atrasariam os processos e congestionariam a rede pública de saúde. A PEC apenas delega ao juiz a responsabilidade de dizer se o adolescente deve ou não ser punido como um adulto. No Brasil, o gargalo da impunidade está na ineficiência da polícia investigativa e na lentidão dos julgamentos. Ao contrário do senso comum, muito divulgado pela mídia, aumentar as penas e para um número cada vez mais abrangente de pessoas não ajuda em nada a diminuir a criminalidade, pois, muitas vezes, elas não chegam a ser aplicadas.

14°. Porque reduzir a maioria penal não afasta crianças e adolescentes do crime

Se reduzida a idade penal, estes serão recrutados cada vez mais cedo. O problema da marginalidade é causado por uma série de fatores. Vivemos em um país onde há má gestão de programas sociais/educacionais, escassez das ações de planejamento familiar, pouca oferta de lazer nas periferias, lentidão de urbanização de favelas, pouco policiamento comunitário, e assim por diante. A redução da maioria penal não visa a resolver o problema da violência. Apenas fingir que há "justiça". Um autoengano coletivo quando, na verdade, é apenas uma forma de massacrar quem já é massacrado. Medidas como essa têm caráter de vingança, não de solução dos graves problemas do Brasil que são de fundo econômico, social, político. O debate sobre o aumento das punições a criminosos juvenis envolve um grave problema: a lei do menor esforço. Esta seduz políticos prontos para oferecer soluções fáceis e rápidas diante do clamor popular. Nesse momento, diante de um crime odioso, é mais fácil mandar quebrar o termômetro do que falar em enfrentar com seriedade a infecção que gera a febre.

15°. Porque afronta leis brasileiras e acordos internacionais

Vai contra a Constituição Federal Brasileira que reconhece prioridade e proteção especial a crianças e adolescentes. A redução é inconstitucional. Vai contra o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de princípios

administrativos, políticos e pedagógicos que orientam os programas de medidas socioeducativas. Vai contra a Doutrina da Proteção Integral do Direito Brasileiro que exige que os direitos humanos de crianças e adolescentes sejam respeitados e garantidos de forma integral e integrada às políticas de natureza universal, protetiva e socioeducativa. Vai contra parâmetros internacionais de leis especiais para os casos que envolvem pessoas abaixo dos dezoito anos autoras de infrações penais. Vai contra a Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Declaração Internacional dos Direitos da Criança compromissos assinados pelo Brasil.

16°. Porque poder votar não tem a ver com ser preso com adultos

O voto aos 16 anos é opcional e não obrigatório, direito adquirido pela juventude. O voto não é para a vida toda, e caso o adolescente se arrependa ou se decepcione com sua escolha, ele pode corrigir seu voto nas eleições seguintes. Ele pode votar aos 16, mas não pode ser votado. Nesta idade ele tem maturidade sim para votar, compreender e responsabilizar-se por um ato infracional. Em nosso país qualquer adolescente, a partir dos 12 anos, pode ser responsabilizado pelo cometimento de um ato contra a lei. O tratamento é diferenciado não porque o adolescente não sabe o que está fazendo. Mas pela sua condição especial de pessoa em desenvolvimento e, neste sentido, o objetivo da medida socioeducativa não é fazê-lo sofrer pelos erros que cometeu, e sim prepará-lo para uma vida adulta e ajuda-lo a recomeçar.

17°. Porque o Brasil está dentro dos padrões internacionais

São minoria os países que definem o adulto como pessoa menor de 18 anos. Das 57 legislações analisadas pela ONU, 17% adotam idade menor do que 18 anos como critério para a definição legal de adulto. Alemanha e Espanha elevaram recentemente para 18 a idade penal e a primeira criou ainda um sistema especial para julgar os jovens na faixa de 18 a 21 anos. Tomando 55 países de pesquisa da ONU, na média os jovens representam 11,6% do total de infratores, enquanto no Brasil está em torno de 10%. Portanto, o país está dentro dos padrões internacionais e abaixo mesmo do que se deveria esperar. No Japão, eles representam 42,6% e ainda assim a idade penal no país é de 20 anos. Se o Brasil chama a atenção por algum motivo é pela enorme proporção de jovens vítimas de crimes e não pela de infratores.

18°. Porque importantes órgãos têm apontado que não é uma boa solução

O UNICEF expressa sua posição contrária à redução da idade penal, assim como à qualquer alteração desta natureza. Acredita que ela representa um enorme retrocesso no atual estágio de defesa, promoção e garantia dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. A Organização dos Estados Americanos (OEA) comprovou que há mais jovens vítimas da criminalidade do que agentes dela. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) defende o debate ampliado para que o Brasil não conduza mudanças em sua legislação sob o impacto dos acontecimentos e das emoções. O CRP (Conselho Regional de Psicologia) lança a campanha Dez Razões da Psicologia contra a Redução da idade penal CNBB, OAB, Fundação Abrinq lamentam publicamente a redução da maioridade penal no país.

DOUGLAS BELCHIOR escreve para esta coluna regularmente. *Revista CARTA CAPITAL, Abril de 2015.*

Otelo (LUIZ FELIPE PONDÉ)

A ÓPERA "Otello", de Giuseppe Verdi, abriu a temporada lírica do Theatro Municipal deste ano. Ópera, como costumava dizer Charles Baudelaire, "entra nos ossos". Essa peça lírica é baseada na obra de Shakespeare "Otelo", grande tragédia sobre amor, virtude, ciúmes e inveja. E a ópera de Verdi captura plenamente o drama clássico.

O crítico italiano Italo Calvino costumava dizer que um clássico é uma obra que nunca terminou de dizer o que tinha para dizer porque trata de temas que sempre assolam o humano. Iago, invejoso do sucesso do mouro Otelo, chefe da armada de Veneza, trama sua destruição. Um detalhe, que pode escapar facilmente, é o de que no período renascentista italiano (em que se passa a tragédia), nos séculos 15 e 16, o mar Mediterrâneo está enterrado em sangue por conta da guerra entre os turcos otomanos e os cristãos. Sendo Otelo um mouro, a chance de ser visto como estrangeiro pelos habitantes de Veneza é enorme - o que, na trama, serve para engrandecer sua glória, coragem e fidelidade à cidade. O casal Otelo e Desdêmona é pura virtude. Ele, corajoso, ela, fiel. Virtudes clássicas do homem e da mulher. Sei que muita gente vai dizer que isso é bobagem, mas, diante de Shakespeare, o sábio se cala. Pobre de espírito é aquele que diz que "Otelo" é "uma peça machista". Dá sono quem fala coisa assim.

Ela, rica e belíssima, filha de um senador, se apaixona pelo estrangeiro Otelo, muito mais velho. Aliás, é essa diferença de idade que ajuda Otelo a sofrer de ciúmes, como é comum em homens que se casam com mulheres muito mais jovens. O fantasma de que ela, em algum momento, buscará um jovem como ela, é presente em muitos casais que vivem essa situação. Mas é fato que as mulheres jovens encantam os homens mais velhos justamente pela beleza e doçura diante da vida. Elas, por sua vez, encantam-se com homens mais velhos devido à experiência e à segurança que eles costumam passar principalmente quando tiveram sucesso na vida. A trama de Iago é centrada na ideia de que um homem (ainda mais se for muito mais velho) é facilmente destruído pela insegurança sobre a fidelidade da mulher que ama. Está na moda dizer que só homens inseguros com as mulheres que amam é que caem na condição de Otelo.

Mas a verdade é que apenas os mentirosos negam a síndrome de Otelo. E a mentira é a moda contemporânea por excelência quando falamos dos afetos e da condição humana. Mentiras como essas fazem os mais jovens perderem muito

tempo de suas vidas correndo atrás de modas que passam como o vento. Iago monta uma situação em que Desdêmona, preocupada em fazer seu amor Otelo perdoar o melhor amigo, Cássio, é levada a interceder em favor deste.

Ela sabe que Otelo sofre porque castigou seu amigo. Não é uma idiota, apenas confia no amor de seu marido. E isso a destrói. A inveja vence na peça, como costuma vencer muitas vezes na vida. Para Iago, conviver com um homem como Otelo é uma agonia. Todos nós conhecemos pessoas melhores do que nós, e conviver com elas é um tormento. A história bíblica de Caim e Abel trata disso: Caim mata Abel por inveja.

"Meu veneno", como diz Iago, que se reconhece como "feito à semelhança de seu Deus cruel" e que "sente a lama originária" cobrir seu corpo e sua alma, contamina Otelo plenamente. Este passa a se torturar de ciúmes e tortura a bela e inocente Desdêmona, até matá-la asfixiada, apenas para descobrir, um minuto depois, pelas palavras de Emília, mulher de Iago, que ela era inocente. A belíssima cena em que o casal caminha em direção ao horizonte, contemplando a beleza do céu, movido pelo amor que os une, no início da peça lírica, exemplifica o que muitos entendem como a ascese que o amor verdadeiro entre duas pessoas pode causar.

O amor romântico, quando correspondido, faz com que vejamos a beleza em toda parte. E isso é mais um motivo para a inveja dos outros. Mas, como toda paixão, o amor é loucura e, contra ele, a razão pode pouco, porque quando pode é porque o amor já não existe mais.

LUIZ FELIPE PONDÉ é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, 'Contra um mundo melhor' (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Pressão para estudar (ROSELY SAYÃO)

DIAS ATRÁS, fotos e vídeos de um fato acontecido na Índia provocaram muitas reações e comentários, de todos os tipos. Para nós, a situação pareceu bizarra: pais escalando, perigosamente, prédios para passar cola aos filhos que faziam um exame que lhes daria ou negaria acesso aos estudos universitários. Mas será que essa imagem não tem mesmo nada a ver conosco? Vamos refletir.

O filho de uma amiga está com 16 anos e cursa o segundo ano do ensino médio. Ele pode ser considerado um bom menino: dedica-se com muito envolvimento a uma prática esportiva e leva a escola numa boa, estudando sempre que precisa. Neste ano, a mãe está preocupada. Duas semanas após o início das aulas, o filho reclamou que, na escola, ele só ouvia falar em vestibular. E tudo o que ele ouvia se transformava em pressão para ele. Estudar, estudar, estudar: é isso que o garoto percebeu que tem como a missão mais importante em sua vida; é assim que ele – dizem – garantirá um bom futuro.

A mãe não deu muita importância ao fato: explicou a ele que cursar o ensino médio resultava nisso porque as escolas já vislumbravam exames como Enem e vestibular, e é bom para elas - as escolas - que seus alunos tenham bom rendimento. Recomendou ao jovem que ele seguisse em seu ritmo, que já era bom.

Alguns dias depois, passou no quarto do filho para desejar uma boa noite a ele, como sempre faz, e o encontrou dormindo na escrivaninha, com a cabeça caída sobre livros, apostilas, cadernos. Ela o acordou e pediu que fosse dormir na cama, mas ele respondeu que deveria continuar a estudar, mesmo cansado e com muito sono. Neste caso, a mãe não pactua com a atitude da escola de onerar seus alunos com uma enorme quantidade de estudos. Mas o garoto não consegue escapar às pressões, sociais e escolares.

Ainda não completamos um trimestre de aulas e uma quantidade enorme de crianças e jovens já faz o chamado reforço escolar. Crianças a partir de 6 anos (!) até jovens de 16 anos já têm mais esse compromisso, além de frequentar a escola. A maioria dos pais atende de bom grado à sugestão da escola de que o filho estude com professores particulares, tutores, psicopedagogos e escolas especializadas. São poucos os que entendem que os filhos têm mais o que fazer para ficar com quase todo seu tempo comprometido com estudos escolares. E o que eles têm a fazer que é tão ou mais importante do que isso?

Depende da idade: eles têm de brincar, eles precisam - precisam! - de tempo de ócio para desabrochar, eles precisam tentar se conhecer e se entender - e isso em geral acontece na solidão, na relação deles consigo mesmos - e eles precisam escolher, pelo menos um pouco, o que querem fazer com a parte livre de seu tempo.

Temos investido muito nos estudos dos filhos, mas nos preocupamos em demasia com a quantidade de conteúdo que eles devem ver e rever e com o resultado das avaliações que eles fazem. Mas isso não tem resultado em muita coisa além de pressão, muita pressão sobre eles. Poucos reagem positivamente aos estudos com essas ajudas além da escola: eles reclamam e acabam por gostar menos ainda dos estudos.

Aprender a se esforçar talvez seja mais importante para eles. E com tantas aulas além da escola, são os outros que se esforçam por eles, não é? Vamos pensar amorosamente em relação aos filhos e alunos nessa questão?

ROSELY SAYÃO é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

Por que mais dinheiro para a educação? (ARNALDO NISKIER)

ESTAMOS vivendo um ano de notória contenção de gastos. Quando se trata da educação, aliás, a palavra gasto é sempre muito mal aplicada, pois se trata de um sinônimo de desperdício. Prefere-se falar em investimento. O governo anunciou que contará, em 2015, com R\$ 101,3 bilhões para os projetos da área. É muito ou é pouco? Não há uma noção exata, pois não se sabe o tamanho dos sonhos das autoridades encarregadas de enfrentar esses desafios.

Um primeiro exemplo pode ser focalizado na questão da educação infantil. Deseja-se colocar na escola todas as crianças brasileiras de 4 e 5 anos de idade. Sem dúvida, uma nobre iniciativa, que, naturalmente, não poderá contar apenas com os combalidos cofres municipais. Será necessária uma generosa mesada federal, se é que se pretende viabilizar o pleito.

Depois vem o caso da educação técnica, muito bem representada pelos institutos federais, hoje espalhados por quase todo o nosso território. São os IFETs (Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia) de boa reputação, mas há um número insuficiente de unidades se desejarmos colocá-los a serviço do crescimento científico e tecnológico do país, o que depende também de boas bibliotecas e laboratórios eficientes. Haja recursos para essas benfeitorias, que são essenciais na sociedade do conhecimento.

Assim, chegaríamos ao sonhado "Fundo de Incentivo aos Professores", uma ideia minha. Sabe-se que é praticamente impossível pagar os salários mínimos estabelecidos pelas vias oficiais. No Norte e no Nordeste do país, por exemplo, há municípios que pagam mal seus professores, sendo comum encontrar situações dramáticas, como os mestres que trocam os seus ganhos por planos de saúde para os familiares. Até quando conviveremos com essa distorção?

O Ministério da Educação lançou o Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), que parecia uma ideia brilhante. Logo, cerca de 30% dos alunos de 3º grau aderiram à iniciativa, encantados pela possibilidade de pagar os seus estudos e devolver o investimento com juros baixos após a conclusão dos cursos. Mas deu zebra no processo. Na hora da renovação, o próprio MEC sentiu que alguma coisa estava errada, inclusive porque as instituições superiores salgaram os seus custos, tornando inviável o procedimento. Foram investidos R\$ 13,4 bilhões no ano passado e, neste ano, não se sabe exatamente a quanto montará a conta.

O que se tem noção, por enquanto, é que a conta não fecha. Isso tudo quando se deseja que o número de universitários cresça dos atuais 6,7 milhões para 10 milhões. De onde virá o milagre? O curioso é que há uma forte corrente no país pedindo que os investimentos em educação saiam dos atuais 6,1% do PIB para improváveis 10%. Fala-se no pré-sal com água na boca. Antes, vamos convir, é preciso equipar a máquina administrativa de forma competente. Ou muito dinheiro será jogado fora.

ARNALDO NISKIER, 79, doutor em educação, é membro da Academia Brasileira de Letras e presidente do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) no Rio. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

A cunha renana (FREI BETTO)

NA ROMA antiga, as legiões adotavam diferentes formações militares. Uma delas era a cunha, quando as tropas se moviam em forma de triângulo para encurralar os adversários. A Renânia é hoje a região mais industrializada da Alemanha. O Tratado de Versalhes (de 1919) a desmilitarizou. Adolf Hitler, porém, violou o tratado e a ocupou com suas tropas. Criou a cunha renana que, ao longo do rio Reno, tinha a função de acuar os inimigos.

O Brasil conhece, agora, sua cunha renana. Tem como vértice o PMDB e amplia o cerco sobre o PT e força o recuo do Executivo. A brincadeira acabou. O Congresso Nacional já não faz o que o mestre mandar. Sobretudo porque, diante dos escândalos de corrupção, o mestre já não manda as benesses que, antes, quebravam resistências e ampliavam o leque de aliados. Ora, não é porque as vacas estão magras que os bezerras deixam de querer mamar.

Antigos palácios eram cercados, como proteção, por fossos repletos de crocodilos. Hoje, o fosso é político. O Palácio do Planalto, convencido de que todo poder emana do núcleo duro do governo, perdeu a sintonia com o Congresso. E também com o Judiciário, uma das arestas que formam a cunha renana.

Na praça dos Três Poderes não há indícios de que Suas Excelências têm olhos e coração voltados para o Brasil. O foco são as eleições de 2018. O PMDB, como me confessou um de seus dirigentes, cansou de ser acólito do PT. Não se sente devidamente recompensado em número e importância de ministérios. Nem quer ajudar a carregar o pesado piano do ajuste fiscal depois que cessou a música da ganância. Já que escolheu assegurar sua governabilidade pelo andar de cima (mercado e Congresso Nacional), o PT, sitiado pela cunha renana, sabe que continuará a ser obrigado a negociar seus princípios e projetos. Leia-se: abdicar de seus propósitos originários. Ainda mais agora que se distanciou do andar de baixo, quer dizer, dos movimentos sociais, e já não faz trabalho político de base. Conta com filiados e eleitores, não mais com militantes.

A cunha renana, sem dúvida, prosseguirá seu avanço até transformar o Planalto em planície - terra arrasada. Haja vice para tentar salvar a aliança inconsútil. O Planalto sabe que há luz no fim do túnel: os segmentos organizados da expressiva parcela de eleitores que elegeu o atual governo. Porém, por insensibilidade ao andar de baixo, alvo de políticas sociais e, no entanto, escanteado de participação nas decisões de governo, dificilmente ousará acender a luz no fim do túnel. Não acredita que ela seria capaz de ofuscar a cunha renana e obrigá-la ao recuo.

E lembrar que o partido que agora pensa em se reinventar ou refundar nasceu como expressão política dos pobres, baluarte ético e socialista, e criou as prévias eleitorais interpartidárias, o orçamento participativo, os núcleos de base e a consulta popular.

CARLOS ALBERTO LIBANIO CHRISTO, 70, Frei Betto, é assessor de movimentos sociais e escritor. É autor de "A Mosca Azul - Reflexão sobre o Poder" (Rocco), entre outros livros. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Abril de 2015.**

O copiloto da Germanwings (CONTARDO CALLIGARIS)

NA SEMANA passada, Andreas Lubitz, copiloto num voo da empresa aérea Germanwings, de Barcelona a Düsseldorf, parece ter jogado propositalmente o avião contra os Alpes franceses, matando todos os ocupantes --passageiros, tripulação e ele mesmo. Existem mais que uma dúzia de casos em que se suspeita que pilotos ou copilotos tenham provocado desastres aéreos intencionalmente. Os usuários de transportes coletivos se sentiriam mais tranquilos se a gente encontrasse uma explicação. Mas não é fácil: as autoridades são avarentas com suas informações, e a pressa não é boa conselheira.

1) A imprensa destacou o depoimento de uma ex-namorada de Lubitz, segundo a qual, no passado, ele teria dito: "Um dia, farei algo que mudará o sistema, e então todos saberão meu nome e se lembrarão de mim". Talvez a gente encontre uma declaração de Lubitz afirmando que destruiria um avião para ficar famoso. Mas, até lá, fala sério: quase todos os homens entre 15 e 30 anos pronunciaram ao menos uma vez uma frase parecida para sua mãe, para seus amigos, ou para uma menina que eles esperavam impressionar. Só uma parte pequena dos que falam isso se engaja em assassinatos em massa.

2) Sete anos atrás, Lubitz passou por um tratamento psiquiátrico e psicoterápico durante um tempo (um ano?). Quase briguei com duas amigas queridas: elas exigiam que, por decreto, ninguém pudesse passar por um "tratamento psiquiátrico" e se tornar piloto. Claro, em tese, ninguém ganha um brevê de piloto sofrendo de um transtorno grave da personalidade. Mas "tratamento psiquiátrico" é uma expressão MUITO genérica. Até 1980, a homossexualidade era considerada como um transtorno psiquiátrico - suscetível de ser tratado; portanto, o brevê de piloto deveria ser proibido aos gays?

Ou, então, seu psiquiatra lhe prescreveu, sei lá, Clonazepam sublingual de 0,5 mg porque você estava tenso durante os exames finais de sua formação. É um tratamento psiquiátrico. Você deve ser excluído de sua profissão por isso? E se você estiver deprimido? Deveria ser impedido de pilotar um avião? Note-se: poucas depressões acarretam pensamentos suicidas. E, de qualquer forma, esses pensamentos não transformam ninguém em assassino em massa. Ou seja, muitas pessoas passam por episódios depressivos e, com remédios e psicoterapia, continuam perfeitamente funcionais no exercício de sua competência, seja ela qual for. Em suma, "tratamento psiquiátrico" não equivale a invalidez.

3) No dia da catástrofe, o copiloto tinha um atestado que o dispensava do trabalho - que ele não usou. Talvez fosse por uma gripe, mas imaginemos que fosse por uma condição psíquica. Minhas amigas pedem que o médico particular que assinar um atestado seja obrigado a informar o empregador de seu paciente. Se o médico, o psiquiatra ou o terapeuta se tornarem informantes do empregador, quem ainda pedirá ajuda para quem quer que seja?

4) Então, o que aconteceu com Lubitz? Não sei, mas Sansão era invencível enquanto obedecia a Jeová e enfrentava os Filisteus. Se apaixonou por Dalila, uma mulher filistina, que desvendou o segredo de sua força e o traiu. Cego e escravizado, Sansão foi mostrado ao povo filistino. Enquanto ele era o objeto de escárnio de seus inimigos, pediu que o Senhor lhe devolvesse sua força por um instante e derrubou as colunas do templo de Dagom, dizendo: "Morra Sansão com todos os Filisteus".

A Bíblia comenta que ele matou mais inimigos na sua morte do que na sua vida. A história é complexa, leia: Juízes, 13-16. Os exegetas bíblicos acham que não foi um suicídio --porque Sansão morreu indiretamente, se envolvendo no desastre (legítimo) que levava a seus inimigos, e porque o ato foi impulsionado pelo Espírito Santo.

Em 1989, I. Kutz publicou um artigo, no British Journal of Medical Psychology, sobre o "complexo de Sansão" (<http://migre.me/pf3mo>). Oferecendo a história de um paciente como exemplo, Kutz propunha que o herói bíblico se tornasse símbolo de um traço de personalidade pelo qual a traição da amada e o ludíbrio público podem levar alguém a uma vingança contra o mundo e contra si próprio.

A história de Sansão, de fato, é um exemplo clínico menos simplório do que a ideia de um Lubitz deprimido e suicida. Seja como for, um comportamento como o do copiloto é dificilmente previsível. A única providência sensata é fazer com que ninguém nunca fique sozinho na cabine de pilotagem de um avião.

CONTARDO CALLIGARIS é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

Maioridade penal (DRAUZIO VARELLA)

ACHO errado internar menores em penitenciárias de adultos. É evidente que um adolescente de 16 ou 17 anos capaz de assaltar à mão armada e atirar naqueles que se negarem a obedecê-lo tem consciência plena de que comete um ato abominável. Considerá-lo criança imatura para compreender a enormidade do crime praticado é paternalismo ridículo.

Também acho frouxa a legislação atual que recolhe um assassino dessa idade à Fundação Casa, para ser submetido à privação da liberdade e a medidas socioeducativas, por um período máximo de três anos. Por coincidência, nesta semana a revista "The Economist" publicou uma matéria em que analisa a experiência americana com a prisão de menores nas penitenciárias do país. A Constituição americana garante a cada Estado a liberdade para julgar menores da forma que considerar mais justa.

Em Nova York maiores de 16 anos são enquadrados nas leis que regem os adultos, independentemente da natureza do crime. No Mississippi, a partir dos 13 anos, os autores de crimes graves recebem condenações iguais às dos adultos; em Wisconsin, a partir dos 10 anos em casos de assassinato. Apenas em 2005, a Suprema Corte dos Estados Unidos proibiu que menores de 18 anos fossem condenados à morte. Em 2010, foi vetada a prisão perpétua para menores que não tivessem cometido assassinatos.

De acordo com a Anistia Internacional, hoje há no país 2.500 prisioneiros condenados à prisão perpétua por crimes cometidos antes da maioridade. Quais as consequências de leis tão severas? Paradoxalmente, no período de 1990 a 2010, o número de menores em penitenciárias aumentou 230%, segundo o insuspeito Centers for Diseases Control and Prevention (centros de controle e prevenção de doenças, em português).

A probabilidade de um adolescente condenado a cumprir pena com os adultos voltar a delinquir é cerca de 35% maior do que aqueles que são julgados pelas leis específicas para infratores jovens. Do ponto de vista pessoal, não tenho a menor simpatia por criminosos de qualquer idade, mas frequente cadeias como médico há 26 anos. Não é preciso ser grande criminalista para saber que é mais fácil recuperar para o convívio social infratores mais jovens. Marginais de longas carreiras têm a vida tão estruturada no mundo do crime que eles dificilmente se adaptam ao convívio com a sociedade que os rejeita.

Para agravar-lhes a desesperança, passaram tantos anos enjaulados em condições desumanas nos presídios brasileiros que o aprisionamento só serviu para castigá-los e torná-los ainda mais revoltados e antissociais. Trancar adolescentes em celas apinhadas de criminosos profissionais pode atender aos desejos de vingança da população assaltada por eles nas esquinas, mas é uma temeridade. Se houvesse prisão perpétua ou pena de morte no Brasil, como defendem os radicais, poderíamos ficar livres deles para sempre.

Não sendo esse o caso, dia mais, dia menos, eles voltarão às ruas. Estarão recuperados, dispostos a respeitar seus concidadãos, ou mais agressivos? Um rapaz de 16 anos chega numa penitenciária de homens mais velhos com medo de ser estuprado, abusado e de perder a vida nas mãos dos desafetos. Será presa fácil das facções que dominam os presídios. Contará com a proteção do grupo e com as vantagens da cesta básica para a mãe e o transporte gratuito para a família visitá-lo nas cadeias espalhadas pelo interior.

Quando for libertado, entretanto, será forçado a pagar uma mensalidade de cerca de R\$ 700, cobrada a pretexto de retribuir aos irmãos presos a ajuda que recebeu enquanto esteve na mesma situação. Para saldar essa dívida eterna, não poderá mais abandonar a vida no crime, a menos que arrisque perdê-la.

Se a sociedade julga suave a condenação máxima de três anos na Fundação Casa, no caso de menores de idade autores de crimes hediondos, nada impede a criação de leis que lhes imponham penas mais longas. Mas que sejam cumpridas em presídios especiais, distantes da convivência com marginais perigosos.

Violência urbana é doença contagiosa que precisa ser tratada com racionalidade técnica, baseada em evidências. Adotar medidas drásticas ao sabor das emoções quase sempre provoca efeitos opostos aos desejados.

DRAUZIO VARELLA é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro 'Estação Carandiru' (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Março de 2015.**

O recado das vítimas dos anticoncepcionais (CRISTIANE SEGATTO)

A luta de um grupo de mulheres pela informação sobre os riscos das pílulas representa um novo jeito de ser paciente

O VERGONHOSO desempenho educacional do Brasil emperra o país de várias maneiras. Uma das consequências mais cruéis da ignorância é a perda da **saúde**. A falta de informação não só contribui para o adoecimento como impede que os cidadãos reflitam sobre os **cuidados médicos** que recebem. De forma geral, os pacientes brasileiros são excessivamente passivos. Não questionam nada nem ninguém.

Quando um deles rompe esse padrão de forma contundente, as razões que o movem devem, no mínimo, ser conhecidas. Foi o que senti quando fui procurada pela professora **Carla Simone Castro**, de Goiânia, em outubro do ano passado. Ela pedia que eu fizesse uma investigação jornalística abrangente sobre os **riscos e benefícios dos anticoncepcionais**.



A professora Carla Simone Castro, que procurou a jornalista Cristiane Segatto, pedindo que ela fizesse uma reportagem sobre os riscos e benefícios dos anticoncepcionais (Foto: ÉPOCA)

Professora universitária prestes a concluir o doutorado, Carla havia sido surpreendida, aos 41 anos, por uma **trombose cerebral** sete meses depois de começar a tomar a **pílula Yasmin**, da **Bayer**. Teve três **acidentes vasculares cerebrais (AVC)** e, durante 55 dias, mal conseguia enxergar. Naquela mesma semana, contei a [história aqui](#), mas era preciso ir além.

Uma discussão que diz respeito a 11 milhões de consumidoras de **pílulas anticoncepcionais** no Brasil (e também a seus parceiros e familiares) merecia ser aprofundada. É o que ÉPOCA faz na reportagem de capa desta semana ao narrar em detalhes histórias de mulheres que descobriram – tarde demais – que jamais deveriam ter tomado um anticoncepcional hormonal. Ao lado, os relatos que elas mesmas gravaram em vídeo.

É o caso da pedagoga **Daniele Medeiros Alvarenga**, de 33 anos. Ela é portadora de uma condição genética (chamada **trombofilia**) que aumenta em até 30 vezes o risco de **formação de coágulos** na corrente sanguínea de mulheres que usam hormônios. Daniele diz ter mencionado a trombofilia quando uma ginecologista sugeriu que ela usasse **pílula Yasmin** para tratar **cistos ovarianos**. “Ela respondeu que, nesse caso, receitaria uma pílula com baixa dosagem hormonal”, afirma Daniele.

A paciente se convenceu e tomou o remédio. Depois de três meses, sofreu uma **embolia pulmonar**. Isso acontece quando um coágulo formado em alguma veia do corpo chega aos pulmões e obstrui a passagem do sangue por uma artéria.

As consequências foram gravíssimas. Três paradas cardíacas, dois meses de internação, 40 dias em coma. Daniele se salvou por pouco, mas os medicamentos que a mantiveram viva na UTI provocaram uma seqüela permanente: a necrose e amputação dos dez dedos dos pés.

Daniele foi vítima do desrespeito às recomendações da **Organização Mundial da Saúde** para o **uso seguro de anticoncepcionais**. Mulheres com o perfil genético dela não devem tomar hormônios. Isso está escrito explicitamente no documento da OMS. Infelizmente, muitos prescritores de pílula não o conhecem.

Esse é um problema que até mesmo as entidades de classe reconhecem. “Os ginecologistas precisam ter critério para recomendar esses remédios”, diz a médica Marta Franco Finotti, presidente da Comissão Nacional Especializada em Anticoncepção da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo). “Se todos eles seguissem as normas da OMS, já seria maravilhoso.”

Os estudos disponíveis revelam que danos graves (trombose, embolia pulmonar, AVC etc) em consumidoras de pílula anticoncepcional são raros. No período de um ano, ocorrem cerca de 10 casos a cada 10 mil consumidoras de medicamentos à base de **drospirenona** (uma das substâncias da pílula Yasmin). A estimativa é da agência europeia que regula medicamentos (EMA). “As pílulas são seguras, usadas por 100 milhões de mulheres no mundo e até mais estudadas que os antibióticos”, diz Marta.

Ainda assim, casos gravíssimos como o de Carla e Daniele acontecem. Ninguém pretende fazer campanha contra a pílula. Isso seria uma insanidade, principalmente num país onde, todos os anos, 13 milhões de adolescentes se tornam mães. O ponto é outro e diz respeito à autonomia do paciente.

É inadmissível que a informação sobre os riscos continue a ser sonogada das mulheres que buscam uma forma de evitar a gravidez. Elas precisam conhecê-los para tomar uma decisão consciente. Precisam entender que a pílula não é a única forma eficaz de contraceção e assumir o controle das decisões sobre o seu corpo. A reportagem de ÉPOCA traz uma comparação dos riscos e benefícios dos diferentes métodos e das diversas formulações de pílula.

Cercar-se de informação foi exatamente o que Carla decidiu fazer quando recebeu o diagnóstico de **trombose cerebral**, uma doença que não conhecia. Ali mesmo, na cama do hospital, ela agarrou o celular e começou a buscar artigos científicos que relacionassem o problema ao uso de pílula. Encontrou centenas de referências.

A história de Carla ganhou as redes sociais depois que um aluno decidiu postar um vídeo em que ela contava todo o sofrimento decorrente da decisão de tomar a pílula. Mulheres de todo o Brasil começaram a procurá-la e a enviar vídeos com relatos semelhantes. Assim nasceu no Facebook a página Vítimas de Anticoncepcionais – Unidas a Favor da Vida, uma comunidade que já soma 28 mil pessoas.

Antes de Carla, as vítimas estavam isoladas. Cada uma aceitava a explicação de que era uma raridade e, bem ou mal, tentava se conformar com a falta de sorte. Carla uniu essas mulheres porque é uma paciente incomum que decidiu fazer pesquisa científica com as próprias mãos.

A professora já conseguiu reunir relatos de 305 casos de reações graves ocorridas em brasileiras. Compilou informações sobre saúde e dados adicionais como nome, endereço, renda familiar, circunstâncias em que os problemas ocorreram etc. Os principais achados estão publicados na reportagem de ÉPOCA. Ela descobriu, entre outras coisas, que 92% das mulheres que sofreram danos graves não haviam sido alertadas pelo ginecologista sobre o risco de trombose.

O próximo passo de Carla é mais ousado. Pretende se associar a médicos e outros pesquisadores para investigar cada um dos relatos que já conseguiu reunir. Quer publicar um trabalho com rigor e validade científica. “Não podemos aceitar que continuem dizendo que esses casos são raros no Brasil, se ninguém os relata e os investiga”, diz.

Carla é uma boa notícia. Não apenas pela discussão relevante que desperta como pelo tipo de paciente que simboliza. Aquele que busca informação, tem apreço pelo conhecimento científico e plena consciência de que saber é poder.

CRISTIANE SEGATTO é Repórter especial, faz parte da equipe de ÉPOCA desde o lançamento da revista, em 1998. Escreve sobre medicina há 17 anos e ganhou mais de 10 prêmios nacionais e internacionais de jornalismo. **Revista ÉPOCA, Abril de 2015.**